



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18

19 **4ª Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais**

20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41

Brasília/DF.  
30 de Julho de 2013.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1  
2

42 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bem vindos. Bom dia. Eu espero  
43 que vocês tenham recebido a proposta de pauta, 4ª Reunião do Cipam. E no  
44 primeiro item nós teríamos aprovações das transcrições da 1ª, 2ª e 3ª Reunião. Eu  
45 pergunto aos senhores membros do Cipam se existe alguma observação a ser  
46 feita?

47

48

49 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Presidente, se me  
50 permite, só um pouquinho, Só algumas informações administrativas iniciais. É que  
51 hoje o Dr. Deusdará está com o comando desta reunião, porque o secretário  
52 executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani está de férias. Da  
53 mesma forma, eu também estou aqui a frente, também auxiliando nosso  
54 presidente, porque a Dra. Adriana Mandarino também está de férias. Antes se nós  
55 seguirmos adiante, presidente, se me permite eu gostaria de fazer uma rodada só  
56 de apresentação para fins de registros da reunião, já que está sendo feita a  
57 transcrição e a gravação, então gostaria...

58

59

60 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Você tem razão. Raimundo  
61 Deusdará, membro titular do Ministério do Meio Ambiente, no Conama.

62

63

64 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** - Bom dia a todos.  
65 Mário Cardoso. Representando a Confederação Nacional da Indústria, CNI.

66

67

68 **O SR. ILVANIO MARTINS (Fundação Ecotrópica)** - Bom dia a todos. Eu sou  
69 Ilvanio Martins. Representando da Fundação Ecotrópica RPPN, em Mato Grosso e  
70 Mato Grosso do Sul.

71

72

73 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Bom dia. Carlos  
74 Bocuhy. PROAM, Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, representação  
75 nacional ambientalista.

76

77

78 **O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** - Bom dia a todos. Sou Pedro  
79 Wilson Guimarães. Representando Anamma, Associação Nacional de Órgãos e  
80 Secretaria de Meio Ambiente do Brasil.

81

82

83 **O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** - Bom  
84 dia a todos. Grayton Toledo. Representando o Governo Estadual do Amapá.

85

86

87**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** - Bom dia. Roberto  
88Lorena. Pelo do Ministério da Agricultura.

89

90

91**O SR. FRANK AMORIM (DEMC)** - Frank Amorim. Trabalho na Coordenação de  
92Proteção da Camada de Ozônio, Departamento de Mudanças Climáticas.

93

94

95**A SR. MAGNA LUDUVICE (MMA)** – Magna Ludovice. Coordeno a Coordenação  
96de Proteção da Camada de Ozônio, SMCQ, do Ministério do Meio Ambiente.

97

98

99**O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DCONAMA)** - João Luis. Eu sou  
100chefe de Divisão de Área Técnica do Departamento de Apoio ao Conama,  
101Ministério do Meio Ambiente.

102

103

104**A SR<sup>a</sup>. RENATA VIGNOLI FURTADO (DCONAMA)** – Renata Vignoli. Do  
105Departamento de Apoio ao Conama.

106

107

108**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DCONAMA)** - João Henrique. Do  
109Departamento de Apoio ao Conama.

110

111

112**A SR<sup>a</sup>. SABRINA GIMENES DE ANDRADE (MMA)** - Sabrina Andrade. Gerência  
113de Resíduos Perigosos, do Ministério do Meio Ambiente.

114

115

116**O SR. VINÍCIUS VITOI SILVA (DCONAMA)** - Vinícius Vitoi. Departamento de  
117Apoio ao Conama.

118

119

120**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Finalmente, Robson  
121José Calixto. Sou diretor substituto do DConama. Presidente, a mesa é sua.

122

123

124**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Depois que Robson colocou  
125ordem no encaminhamento da nossa reunião. Eu volto ao segundo ponto de  
126pauta, que seria com relação à transcrição das atas *ipsis verbis* da 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>  
127Reuniões do Cipam. Se tem alguma consideração a ser feitas com relação a  
128essas atas ou podemos aprová-las? Não havendo manifestação considera  
129aprovada as atas da 1<sup>a</sup>. 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Reuniões do Cipam. Bom, vamos entrar no  
130terceiro ponto de pauta, que seria admissibilidade de algumas matérias. Primeira  
131dela trata de uma proposta de resolução sobre licenciamento ambiental das  
132intervenções destinadas a construção, manutenção e pavimentação de estradas e

133vicinais. O proponente é a FBCN e a ONG MOVER. Segundo o processo seria  
134relacionado à revisão da Resolução Conama 340/2003 que dispõe sobre a  
135utilização de cilindros para envasamento de gases que destroem a Camada de  
136Ozônio. O proponente é o próprio Ministério do Meio Ambiente. E terceiro  
137processo trata da revisão do prazo para obtenção dos VRQs do solo, são  
138disciplinadas pela Resolução Conama 42/2009, proponente é o Ministério do Meio  
139Ambiente. E o quarto assunto, a revisão da Resolução Conama 403/2009 que  
140dispõe o sobre o licenciamento ambiental de Aquicultura e dá outras providências.  
141Pela ordem, então, vamos começar pelo processo pautado como item 3.1, que é a  
142resolução que trata do licenciamento ambiental das intervenções destinadas à  
143construção, manutenção e pavimentação de estradas vicinais. Eu convido os  
144proponentes a fazer a apresentação. Quem fará a apresentação dessa proposta?

145

146

147**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Essa proposta foi  
148apresentada pela FBCN, MOVER. A MOVER já não está mais. Ontem até liguei  
149para o Bruno, o presidente dos representantes de FBCN. Pergunto Dr. Bocuhy se  
150houve contato em que o Bruno e o senhor em relação a essa proposta. Essa  
151proposta precisava de um encampamento, de respaldo do Ibama em função do  
152Decreto 99274 de 1990. Então é uma proposta que precisa de uma dada  
153abordagem para fins de admissibilidade.

154

155

156**O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Não tive contato com  
157o Bruno, mas nós temos uma posição de consenso com relação a necessidade de  
158regulamentação das intervenções de estradas vicinais, de forma que nós  
159apoiamos a minuta proposta.

160

161

162**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Foi consultado o Ibama,  
163Robson?

164

165

166**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** – Foi. Tem um parecer  
167do Ibama, aqui do próprio Ministério do Meio Ambiente e a própria Conjur,  
168também, do Ministério.

169

170

171**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Acatando e encampando os  
172termos do decreto.

173

174

175**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Gostaria de passar a  
176palavra para Dra. Verônica, que também está representando aqui o Ibama.

177

178

179 **A SR<sup>a</sup>. VERÔNICA (Ibama)** – Bom dia a todos. A manifestação do Ibama foi no  
180 sentido que o texto apresentado, na verdade, não trata exatamente de normas de  
181 licenciamento. Ele fala do art. 3º ao 6º, foca em parâmetros técnicos para  
182 construção, manutenção e conservação das estradas vicinais sobre aspecto de  
183 função de tráfico de veículos. Ainda que isso possa ter um impacto em relação a  
184 ganhos ambientais. Tem a questão de alguns conceitos que nós achamos que  
185 precisa rever, a própria questão de responsabilidade de quem seria o  
186 empreendedor, porque muitas vezes estradas vicinais o proprietário de onde a  
187 estrada passa não necessariamente é interessado, inclusive, pode ser  
188 simplesmente uma servidão de passagem. Então tem aspectos da  
189 responsabilidade, quem seria o responsável, que eu acho que precisa clarear. E,  
190 principalmente, assim, eu entendo que não tem... O que está na proposta não tem  
191 elemento suficiente para um procedimento específico de licenciamento ambiental.  
192 Que se o Estado, municípios entendendo que é passível de licenciamento. Que  
193 questão de expressão de vegetação, de intervenção em cursos hídricos, nós já  
194 temos instrumento que isso faria já com que fosse necessário a adoção de  
195 instrumentos de gestão ambiental. E a questão é que esse tipo de  
196 empreendimento não vai ser do Ibama, que vai seria eminentemente dos Estados  
197 e municípios. E foi isso que nós manifestamos, que acha que precisa ter uma  
198 proposta que reflita o entendimento dos demais órgãos do Sisnama, porque é os  
199 Estados e municípios que vão tocar. E se tiver esse entendimento de que é  
200 necessário, enfim. Eu acho que uma nova proposta porque o texto da forma que  
201 está, o Ibama entende que não é uma norma que trata sobre licenciamento  
202 ambiental, para esse tipo de empreendimento.

203

204

205 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Se vocês me permitem eu vou  
206 ler o despacho do Dr. Volney Zanardi, de 8 de abril de 2013, a respeito dessa  
207 proposta. Item 2, especificamente, “os art. 3º e 6º da proposta focam em  
208 parâmetros técnicos para a construção, manutenção e conservação de estradas  
209 vicinais sobre o aspecto da sua função para o tráfico de veículo. Ainda que se  
210 possa considerar ganhos ambientais decorrentes, entende-se que os dispositivos  
211 citados na proposta não estão no escopo da competência desse Conselho  
212 Nacional do Conama. E, assim, a demais entende-se que é preciso que a proposta  
213 reflita entendimento dos demais órgãos ambientais do Sisnama. Uma vez que o  
214 licenciamento ambiental em questão deverá ser adotado por estes. Conforme o  
215 artigo primeiro. Assim a proposta deveria envolver o entendimento de órgãos  
216 ambientais estaduais, municipais, responsáveis pelo licenciamento ambiental. Em  
217 face do exposto, o Ibama entende que o texto proposto carece de  
218 aperfeiçoamento no tocante a exigência de um licenciamento ambiental específico  
219 para estrada vicinal e acompanha o entendimento do MMA, que é pela não  
220 admissibilidade”. Pergunto aos senhores conselheiros se a posição está clara? se  
221 querem esclarecimentos? Se tem alguma posição? Por gentileza, Dr. Grayton, do  
222 Governo do Estado do Amapá.

223

224

225 **O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** - Nós  
226 tivemos o mesmo entendimento que o Ibama teve, então de fato nós concluímos  
227 na discussão que fizemos, que o direcionamento foi para uma questão muito  
228 técnica e não focou de fato a questão de licenciamento ambiental. Então concordo  
229 plenamente com encaminhamento que o Ibama está dando. Precisaríamos fazer  
230 uma discussão maior, inclusive, dentro da Abema e da Anamma para nós  
231 tratarmos da questão, eventualmente se tiver uma proposta que trate do  
232 licenciamento em si com relação as vicinais, nós estaríamos disposto a acatar  
233 para uma discussão mais apurada do assunto.

234

235

236 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** - Eu acredito que  
237 não seja o caso de discutir um texto proposto para a resolução. O caso seria uma  
238 discussão, há necessidade de uma resolução sobre licenciamento. Eu acho que  
239 não cabe ao Cipam filtrar aqui, está equivocada a definição ou está isso ou aquilo,  
240 longe disso. Eu acho que só cabe a discussão, é preciso uma resolução? Eu não li  
241 recentemente a Instrução Normativa do Ibama sobre duplicação de estradas. Foi  
242 publicada há poucos dias, eu não li ainda, estava de férias. Não sei se já  
243 contempla essa necessidade naquela Instrução, eu não sei. Mas acho que seria  
244 interessante então a discussão entre Estados e municípios, os mais afetos a esse  
245 assunto, e junto ao MMA, e decidir, precisa? Preocupa-me essa questão porque o  
246 Ministério da Agricultura tem um setor exclusivo para apoio a manutenção de  
247 estradas vicinais usadas pela agricultura. Então para nós é um assunto muito  
248 importante. Nós gastamos uma pequena fortuna, todo ano com isso.

249

250

251 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Lorena, Pedro Wilson,  
252 por gentileza, Anamma.

253

254

255 **O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** - Senhor Presidente, eu acho  
256 que precisaríamos estudar mais. Temos um jargão no Brasil que diz que as  
257 coisas não acontecem nem na União, nem nos Estados, município. Então acho  
258 que merecia. Estamos estreando aqui, quero saudar o Cipam a importância de  
259 quando se faz política ambientais encontra quem está lá embaixo. Eu sei, por  
260 exemplo, há uma representação muito grande do setor agropecuário para  
261 melhoraria das estradas vicinais. Mas por outro lado nós temos que ver essa  
262 questão do licenciamento, porque lá no município nós temos APAs, temos  
263 reservas, temos parques, temos rios, córregos, temos propriedades, que muitas  
264 vezes vem em nome de um interesse maior, se divide uma propriedade. O que  
265 significa isto, tanto para o proprietário, mas também para a proteção ambiental. De  
266 tal sorte que acho que gostaríamos de ter um prazo para que a Anamma pudesse  
267 consultar, inclusive as nossas congêneres, ABN, CNM, a Frente Nacional. Para  
268 que possamos ter uma resolução. Eu imagino que seria bom uma resolução, mas  
269 que ela possa ser estudada e que leve em conta essa questão. 90% das estradas  
270 vicinais são municipais. E muitas vezes os municípios têm amplas dificuldades de

271mantê-las, e ela significa escoamento de produção, acesso a parques, a questão  
272do ecoturismo. Então eu estaria no leito de uma sugestão de que a gente pudesse  
273ter um prazo para ter. E imagino que uma resolução por mais aberta que seja é  
274mais importante do que não ter nada, porque fica a revelia e às vezes de interesse  
275forte, que às vezes sobre põe até o próprio município.

276

277

278**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Só queria lembrar aos senhores  
279e me desculpem a intervenção que a nossa função aqui é com relação  
280admissibilidade, quer dizer, nós não estamos nesse momento fazendo o  
281julgamento de conteúdo. Existe digamos uma origem, vício de origem, que  
282proposta de licenciamento elas têm que ter um encaminhamento referenciado pelo  
283Ibama e o despacho contido nos autos não dá esse conforto. Então o assunto é  
284importante, é pertinente, eu acho que todos os membros do Cipam entendem que  
285esse assunto precisa ser melhor estudado, porém, precisa ser representado,  
286precisa ser respeitado essa questão federativa e eu acho que poderíamos orientar  
287Lorena, eu sei que a sua consideração seja contrária ao encaminhamento da  
288Mesa que nós passaríamos para a próximo ponto e optaria pela não  
289admissibilidade dessa proposta de Resolução até que os entendimento ocorram  
290entre os estados, municípios, partes envolvidas e especialmente o aval referendo  
291do Ibama como o decreto determina que esse assuntos aconteçam.

292

293

294**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** - Aí nós  
295precisaríamos da organização do MMA para seguir nessa discussão, o MMA  
296então chamar os interessados para discutir esse assunto.

297

298

299**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Existe outro problema também  
300Lorena que essa proposição foi feita pela FBCN e a Mover, a Mover não é mais  
301representante do Conama, ficou um tempo como representante das organizações  
302não governamentais nacionais, as entidades nacionais, de fazer suas articulações  
303com relação à validação ou não dessa proposta e aí sim se dispara um processo o  
304Ibama essencial nesse papel.

305

306

307**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** - O Ibama não  
308poderia tomar a frente dessa situação.

309

310

311**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - O Bocuhy vai certamente acionar  
312os seus parceiros e informar e entender com a decisão de consenso pela não  
313admissibilidade nessa reunião e ele dá o encaminhamento com base nas  
314informações e nas posições exaradas aqui pelo Ibama e pelos companheiros do  
315Cipam.

316

317

318 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** - E tem também a  
319 Lei Complementar 140 nesse assunto.

320

321

322 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Eu queria justificar  
323 aqui a necessidade dessa discussão com urgência em função do volume que  
324 representam as estradas vicinais e aqui na proposta do Mover fica bem claro que  
325 nós estamos falando de uma estrada de apenas uma pista e que isso representa  
326 aproximadamente um milhão e quinhentos e oitenta mil quilômetros no Brasil,  
327 quer dizer, muito mais do que as estradas formais. E que isso no seu conjunto  
328 representa uma significativa intervenção na questão ambiental, então mesmo se  
329 pensarmos que a questão de admissibilidade não se daria por conta de uma falta  
330 de consulta aos outros setores respeitando se aí o pacto federativo, seria muito  
331 importante que o MMA já sinalizasse qual seria o espaço que nos abriríamos para  
332 integrar essa discussão para que façamos isso com uma certa urgência se  
333 pudéssemos sair daqui com esse tipo de encaminhamento também seria muito  
334 importante porque o Mover e a FBCN não vão ter a capacidade de articulação que  
335 o Ministério tem no sentido de colocar todos os atores interessados.

336

337

338 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Vamos deixar claro os nossos  
339 papéis. Nós recebemos uma série de proposta de soluções dos proponentes que  
340 são membros do Conama nesse caso específico por tratar-se de licenciamento  
341 ambiental o Decreto fala compete ao Conama artigo 7º 9274 inciso 1 “estabelecer  
342 mediante proposta do Ibama normas e critérios para o licenciamento de atividades  
343 efetivo ou potencialmente poluidora a serem concedidos pela União, Estados e  
344 Municípios supervisionadas pelo referido Instituto”, ou seja, qualquer matéria de  
345 licenciamento, isso é coisa pouco recorrente, nós não conseguimos internalizar  
346 isso durante muito tempo do Conama, quer dizer, tratou de licenciamento  
347 ambiental seja em qualquer atividade de empreendimento tem que haver um  
348 encaminhamento conjunto, reverendo e o respaldo do Ibama, então o Ministério  
349 do Meio Ambiente não tem como assumir uma posição de coordenar, incentivar e  
350 assumir o protagonismo de uma proposta quando na verdade esse assunto ele é  
351 livre para ser colocado porém tem uma trava na lei que precisa ser negociado com  
352 o Ibama, então eu acho assim, antecipar a posição do Ministério como é no  
353 assunto como esse não vai ser de novo legítimo e não vai ser produtivo, precisa  
354 se rever a proposta com base nos posicionamentos que foram colocados aqui,  
355 checar se elas continuam sendo pertinentes no ponto de vista de aprimoramento e  
356 fazer articulação com o Ibama para que possa haver de fato um reverendo com  
357 relação a isso.

358

359

360 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Pergunto se o Ibama  
361 teria uma proposta nesse sentido, se haveria um encaminhamento.

362



363

364A **SR<sup>a</sup>. VERÔNICA (Ibama)** - Não porque o Ibama... Foi o que eu falei,  
365complicado para o Ibama fazer uma proposta de licenciamento que não é o Ibama  
366que vai tocar. O que eu acho mais... O que o Ibama tem feito por causa dessa  
367questão desse amarramento na legislação? O que vem para o Ibama tanto é que  
368nós colocamos o entendimento que aquilo não está... Uma proposta adequada e  
369para mim não trata exatamente o que está escrito não está à questão de  
370procedimento, de licenciamento para esse tipo de empreendimentos e os critérios  
371para a legitimidade desse licenciamento são questões que já têm instrumento de  
372gestão ambiental que trata. Agora se os estados entendem que é necessário o  
373licenciamento e procedimentos específicos para esse tipo de licenciamento, eu  
374acho que essa discussão como é o estado e município seria a proposta deles e o  
375Ibama se for o entendimento que os estados que é isso... O Ibama não ser o que  
376vai barrar sendo que há o entendimento que os estados e municípios que vão  
377aplicar essa possível Resolução.

378

379

380A **SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Pegar uma palavra. Quem  
381trabalhou na época do Regimento porque a questão de admissibilidade pela  
382Cipam é uma coisa nova para todo mundo decorrente da última revisão que  
383fizemos no Regimento Interno. Quando estava discutindo a questão do Regimento  
384e se teve essa idéia da questão de admissibilidade é no sentido que não chegue  
385ao Conama proposta que fuja primeiro a competência do Conselho em si, vocês  
386lembram que no passado havia muita matéria que hoje em dia virou já Resolução  
387do Conama que na verdade o Conama nós temos que verificar realmente qual a  
388competência do Conama para lidar com determinadas matérias, uma questão de  
389admissibilidade é a questão legal para que a Conama realmente trabalhe em cima  
390daquelas matérias que sobre as quais ele tem competência. Na questão de  
391encaminhamento e tramitação nós discutimos muito na época naquele grupo de  
392trabalho do Regimento essa questão do Ibama de as propostas de licenciamento  
393tem têm que passar pelo Ibama e etc. e tal isso na verdade não teve como nós  
394trabalharmos com isso no Regimento que essa determinação advém do decreto  
395não é da 6938 mais é do decreto 99271 então isso teve que ser seguido, esse  
396para e passo que está previsto no Decreto, é uma coisa que na verdade diz  
397respeito desde a época na SEMA ainda, na verdade originalmente isso era SEMA  
398e etc. 4e tal tem a ver com a própria estrutura anterior que existia no Sisnama  
399antes de haver, vamos dizer assim, o próprio Ibama quando a questão de  
400licenciamento tinha uma outra vertente e etc. e tal então várias vezes, por  
401exemplo, nós discutimos se realmente essas matérias têm que passar pelo Ibama  
402ou não têm que passar porque está no Decreto e nós temos que obedecer ao  
403Decreto mais o próprio pronunciamento do Ibama, não é Verônica, não é no  
404sentido de verificar a técnica da proposta em si porque na verdade se a gente  
405viesse com a proposta perfeitamente pronta para o Cipam não precisariam as  
406Câmaras Técnicas e depois os Grupos de Trabalho então a questão é verificar o  
407seguinte, o tema aqui é estrada vicinal, estrada vicinal é passível ou não de  
408licenciamento ambiental? Como qualquer empreendimento sim, nós não vamos

409 discutir se a competência é municipal, federal ou estadual porque aí tem haver  
410 com o próprio Roberto falou com a questão da LC140 e tudo mais. Nós não vamos  
411 discutir se tecnicamente o que consta na proposta enquanto procedimento é o  
412 adequado ou não porque na verdade isso é matéria que a própria Câmara vai se  
413 debruçar em cima e vai debater. Eu acho que a questão de admissibilidade é  
414 justamente no sentido de verificar se há necessidade de uma norma específica  
415 para licenciamento de estrada vicinal e se o Conama tem competência para  
416 licenciar para pré estabelecer norma de licenciamento para estrada vicinal, tem  
417 competência? Tem. Porque a competência precípua do Conama é licenciamento  
418 assim como padrões de qualidade ambiental, isso é competência máxima do  
419 Conama trabalhar em cima disso, se a norma está adequada ou não aí é uma  
420 outra questão que a própria Câmara Técnica a partir da admissibilidade vai  
421 trabalhar em cima. Talvez a proposta que tenha vindo tenha sido mal apresentada  
422 e aí o proponente é que tem que tentar apresentar uma proposta melhor porque aí  
423 não pode o Ibama ou o Ministério se mobilizar com isso porque não é uma matéria  
424 que ainda está inserida no Conama, então o Ministério e nem o Ibama teriam  
425 competências para tal, o Ibama está sobrecarregado de trabalho e não tem como  
426 o Ibama se debruçar para montar uma proposta. Eu acho que se houver o  
427 entendimento de que há uma necessidade, a proposta, nesse sentido o  
428 proponente se reúne com as pares dele antes da próxima reunião do Conama no  
429 meio do setor governamental se articula com demais setores ou, por exemplo, se  
430 veio lá de São Paulo mais com órgão de meio ambiente de São Paulo no sentido  
431 de aprimorar de alguma forma a proposta para que retorne ao Cipam para verificar  
432 a admissibilidade ou não, mas eu acho que essa questão viu Verônica do Ibama  
433 ser ouvido e tudo e inclusive nos pareceres e para verificar se é necessário ou não  
434 se o Conama tem competência ou não que aí o papel da jurídica mais sem entrar  
435 “a proposta não serve não entra” não porque é justamente na Câmara Técnica  
436 que vai se dar esse debate mais entrando na proposta em si do que deveria ser ou  
437 não, isso serve inclusive para o MMA que fez um parecer mais ou menos nesse  
438 sentido na SMCQ. Eu acho que nós temos que se atentar para esses pareceres  
439 interno que senão nada vai ser admissível pelo Cipam porque as matérias quando  
440 chegam aqui elas vão iniciar um processo de tramitação, elas não estão ainda  
441 completamente trabalhadas e perfeitas na sua forma de apresentação.

442

443

444 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Retomo o encaminhamento pela  
445 admissibilidade.

446

447

448 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – O que nós estamos  
449 percebendo é que essa discussão deveria ter sido remetida para um Grupo de  
450 Trabalho, Câmara Técnica específica. E me parece que nós estamos pulando uma  
451 fase do rito do próprio Conama se a próprio Ibama considera aqui na sua, aliás, a  
452 Secretaria de Mudanças Climáticas entende a importância também da questão  
453 para discussão e por encaminhamentos que fazemos de proposta de resolução  
454 acabam sendo encaminhadas para um Grupo de Trabalho. E nós somos então

455estamos discutindo a falta de um espaço que reúna todos os entes interessados e  
456isso ocorre em Grupo de Trabalho normalmente. Eu gostaria de um  
457esclarecimento sobre isso.

458

459

460**O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** - O papel do Cipam é  
461justamente analisar a admissibilidade, quer dizer, antes de criação do Grupo de  
462Trabalho e antes de encaminhamento a Câmara Técnica ou qualquer outra coisa,  
463aqui é o primeiro passo. É a porta de entrada, vai entrar ou não vai entrar. Está se  
464dando uma opção aqui, uma oportunidade do setor, das ONGs de fazerem uma  
465reformulação, repensarem até a proposta para fazer uma entrada melhor nessa  
466casa aqui que é o Conama. Eu estou sentindo isso. Eu acho que o  
467encaminhamento que o Deusdará está tentando colocar é hoje a inadmissibilidade  
468hoje da matéria mais dando um espaço para que isso possa ser encaminhado de  
469maneira mais consistente até pela própria reformulação de representação das  
470ONGs, eu acho que falta o empoderamento das representações da matéria e até  
471para melhorar e talvez fazer uma articulação junto com a Anamma e Abema para  
472que seja mais consistente, eu acho que melhora a entrada da matéria dentro do  
473Conama.

474

475

476**O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Só colocando então  
477que eu me sinto esclarecido e eu encaminho essa questão para as ONGs  
478proponentes, a proposta não é nossa, nós não trabalhamos nessa proposta mais  
479eu percebo que nessa discussão entende se a necessidade de trabalhar melhor a  
480questão das estradas vicinais pela relevância que ela tem no conjunto de  
481intervenções ambientais no Brasil. Que nós tenhamos por parte dos órgãos  
482envolvidos não só da Anamma mais também do pessoal da Abema essa  
483disposição de fazer essa discussão num grupo de trabalho e trazer de forma mais  
484consistente.

485

486

487**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Então reforçamos a importância  
488da matéria pela inadmissibilidade nessa reunião atual dentro dos  
489encaminhamentos que foram formulados. Item 3.2 da pauta é proposta de revisão  
490da Resolução Conama 340 que dispõe sobre a utilização de cilindros para  
491envasamento de gás que destrói a camada de ozônio.

492

493

494**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Presidente me permite  
495essa questão do armazenamento do cloro, flúor e carbono é uma proposta oriunda  
496da Secretaria de Mudanças Climáticas e nós estamos aqui com a Dra. Magna que  
497poderia então introduzir com mais substância a proposta dessa Secretaria.

498

499

500**A SR. MAGNA LUDUVICE (MMA)** – A intenção dessa proposta é atualizar na  
501verdade a Resolução 340 de 2003. Essa Resolução não tratava dos HCFCs sendo  
502a Resolução de 2003 em 2007 houve uma antecipação do prazo de eliminação  
503dos HCFCs pelo Protocolo de Montreal. Até o momento da Resolução o que se  
504esperava era a eliminação completa dos HCFCs, hidro-cloro-fluor-carbono 2.040,  
505congelando em 2016 nos níveis de 2015 a partir de 2007 as partes do Protocolo  
506de Montreal alteraram esse cronograma, ou seja, nós teremos agora que congelar,  
507todos os países em desenvolvimento, congelar o consumo em 2013, que já  
508fizemos. E a partir de 2015 começa a redução desse consumo. 1,66% é o nível  
509que o Brasil tem que chegar em 2015, 2020 35%, 2025 67,5% e 20 30  
510praticamente 97% eliminando completo em 2040. Essa Resolução não abrangia  
511os HCFCs, era só os CFC e para Reinos, 4então a nossa intenção é incluir  
512também os HCFCs, nos procedimentos, houve toda uma melhoraria, uma  
513proposta de melhoraria do que ocorreu em 2003 nós estamos em 2013, são 10  
514anos, para evitar também o vazamento dessa substancia na atmosfera. A  
515emissão, então esta é a intenção da atualização dessa Resolução.

516

517

518**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom. O esclarecimento, os  
519membros.

520

521

522**O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** - Só fazer uma  
523pergunta Magna, o GT de HCFCs está ciente do que está sendo proposto. Se isso  
524foi de alguma maneira comunicado.

525

526

527**A SR. MAGNA LUDUVICE (MMA)** – Sabe que amanhã temos reunião do GT em  
528São Paulo. Essa intenção de atualização dessa Resolução vem sendo uma  
529demanda do setor privado há muito tempo, nós não tínhamos conseguido chegar  
530lá ainda mais inclusive na elaboração do Programa Brasileiro de Eliminação dos  
531HCFCs, não sei se você recorda, tem o componente: ações regulatórias e uma  
532das atividades que nós deveríamos no âmbito do programa era atualização dessa  
533Resolução então isso já foi uma solicitação das discussões do GT HCFC que é um  
534GT paritário coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, setor privado e setor  
535público, setor governamental, e que nós teremos uma reunião em São Paulo  
536amanhã e que você faz parte.

537

538

539**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mais algum esclarecimento?  
540Podemos encaminhar então pela admissibilidade?

541

542

543**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Câmara Técnica de  
544Qualidade Ambiental.

545

546

547**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não tivemos nenhuma  
548manifestação contrária e o Cipam se manifesta e se posiciona pela  
549admissibilidade da matéria. A próxima proposta é revisão dos prazos para  
550obtenção VRQS do solo; Resolução Conama 420 2009; proponente o Ministério  
551do Meio Ambiente.

552

553

554**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Essa é uma proposta  
555oriunda da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos que nós temos  
556aqui para também nos subsidiar com relação a essa proposta a Dra. Sabrina  
557Andrade que é a Gerente Substituta da área de resíduos perigosos, por favor,  
558Sabrina.

559

560

561**A SR<sup>a</sup>. SABRINA ANDRADE (MMA)** - Boa tarde. Nós viermos aqui propor essa  
562alteração no artigo oitavo da Resolução Conama que foi publicada em 2009 e  
563como resultado. Nossa interação que nós tivemos com os estados sobre o  
564andamento do plano de ação deles para elaboração dos valores de referência de  
565qualidade do solo. O Ministério do Meio Ambiente iniciou um curso de capacitação  
566voltado para as Oemas foi contando com 24 estados para desde teoremas básicos  
567de composição do solo e hidrogeologia até alguns exemplos práticos de  
568identificação de valores de referência de qualidade dos estados que estão  
569adiantados como Minas e São Paulo e nós percebermos que os estados ainda  
570estão bastante atrasados apesar de já terem feito alguns planos de ações e até  
571resultado desse curso, esse curso durou quase um ano e teve uma etapa  
572presencial e foi coordenado pela USP e sete meses de curso a distância. Desse  
573curso os estados fizeram algum plano de ação mais mostraram que têm  
574dificuldades na identificação de parcerias com laboratórios para fazer essas  
575análises e retirar então nós como resultado disso e analisando os planos de ação  
576que nós recebemos nós estamos propondo a prorrogação do prazo que se  
577encerraria em dezembro desse ano pela Resolução 420 por mais dois anos para  
578que os estados consigam cumprir o prazo da identificação dos valores de  
579referência de qualidade do solo.

580

581

582**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Objetivamente a proposição é só  
583para alteração de prazo. Pergunto aos representantes dos estados e membros do  
584Cipam.

585

586

587**O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** –  
588Totalmente positivo em função de que realmente alguns estados precisam de mais  
589tempo para tratar desse assunto.

590

591

592 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Gostaria de colocar a  
593 preocupação que o movimento ambientalista tem com relação à revisão da 420.  
594 Nós entendemos que quando ela foi estabelecida ela não atendeu exatamente  
595 aquilo que se pretendia em termos de proteção da qualidade ambiental que  
596 precisaríamos rever essa resolução para que se tornasse mais eficiente e mais  
597 restritiva. Com relação especialmente há alguns padrões. Eu pergunto se esse  
598 prazo que vocês estão solicitando é de dois anos para terminar um estudo de  
599 identificação dos solos e só assim fazer uma proposta de revisão de Resolução, é  
600 isso? É exatamente isso.

601

602

603 **A SR<sup>a</sup>. SABRINA ANDRADE (MMA)** - É exatamente isso. Pelo menos que nós  
604 sabemos que têm 4 estados que estão com esses valores e apesar de terem feito  
605 o plano de ação estão bastante atrasados. Nós estamos propondo dar um fôlego  
606 para que continue caminhando um pouco mais até a identificação desses valores.

607

608

609 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Eu gostaria de deixar  
610 registrado Deus dará aqui a nossa preocupação enquanto segmento ambiental  
611 sobre a necessidade de revisão dessa Resolução porque ela se torne mais  
612 eficiente do ponto de vista de proteção ambiental. Eu não sei se essa extensão de  
613 prazo que vocês pretendem, ela poderia ser feita no prazo menor porque há  
614 necessidade de revisão dessa Resolução por que ela implica em outra como, por  
615 exemplo, a questão dos micronutrientes, toda discussão hoje feita em cima de  
616 micronutriente se baseia na 420. Como nós entendemos a 420 têm alguns erros  
617 de origem, ela provoca um efeito dominó em outras Resoluções que estão sendo  
618 trabalhadas.

619

620

621 **A SR<sup>a</sup>. SABRINA ANDRADE (MMA)** – Na própria revisão 420 ela prevê que ela  
622 seja revista também em 2014, mas nesse momento, na verdade, o que nós  
623 estamos priorizando é o prazo dos estados e da identificação desses valores de  
624 referência para que não fiquem inadimplentes que eles não cumpram, dar o  
625 fôlego. A revisão técnica dos valores não seria nesse momento, mas o que nós  
626 estamos propondo não, agora seria só corrigir o prazo realmente.

627

628

629 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Pelo que eu entendi  
630 não implica em uma dilação de prazo com relação aos 4 anos de revisão da  
631 Resolução.

632

633

634 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O foco da proposta de resolução  
635 é exclusivo para prorrogação dos dois anos para que o estado tenha condição de  
636 apresentar.

637

638

639 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Só em relação aos  
640 valores de referência de qualidade passando de dezembro de 2013 para  
641 dezembro de 2016.

642

643

644 **SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** - Só queria manifestar  
645 uma preocupação nossa. Eu reparei que a Resolução foi editada, foi publicada em  
646 dezembro de 2009 é o primeiro curso onde foi constatado a situação dos estados  
647 aconteceu dois anos e meio depois em agosto de 2012, quer dizer, o que garante  
648 que daqui a três anos não vamos estar rediscutindo, ainda mais que nós temos  
649 uma eleição nesse meio do caminho. Quer dizer com mudança de equipe, até  
650 outro Governo se assentar, eu só coloco é admissível à matéria que é um  
651 problema que está aí e nós temos que dar uma solução para ele de imediato não  
652 podemos esperar até dezembro, mas a minha preocupação é que isso tem sido  
653 recorrente. Essa questão principalmente em relação aos estados não cumprirem o  
654 que está previsto dentro da Resolução. Eu estava até discutindo com o colega das  
655 ONGs que você elaborar uma Resolução é o primeiro passo, a implementação eu  
656 acho que está deixando muito de lado a implementação dessa Resolução,  
657 deixando para ver isso quando o prazo está para prescrever. Eu acho que isso  
658 cabe uma preocupação maior nossa aqui, uma estratégia, eu acho que não é só a  
659 definição do prazo mais qual a estratégia que vamos fazer, qual é o nosso plano  
660 de ação para que aquilo seja efetivado no prazo que estamos colocando. É só  
661 uma preocupação é admissível à matéria sim.

662

663

664 **SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Agora mais uma  
665 questão regimental que estamos aprendendo. Nós vamos abrir uma Resolução a  
666 discussão, não necessariamente a discussão vai se ater a esse ponto em todas as  
667 resoluções que nós abrimos a discussão, abriu, ela está aberta totalmente para o  
668 que a Câmara Técnica discutir e depois para que a Plenário votar, então já não  
669 pode dizer é só esse ponto que será avaliado não, abriu e já era.

670

671

672 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Entenda que o foco da proposta  
673 é esse, caberá a Câmara Técnica manter o foco ou não. Mais a impressão...  
674 Novamente, a nossa intenção aqui com relação admissibilidade entendo que esse  
675 assunto vai para a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental o  
676 Ministério do Meio Ambiente externalizou claramente foco e objeto da Resolução a  
677 CNI manifestou a sua preocupação dois anos é suficiente ou não. Preocupação  
678 válida. Bocuhy entende que essa Resolução carece de um estudo um pouco  
679 maior, mas eu entendo que o primeiro momento o objetivo do Ministério do Meio  
680 Ambiente é encaminhamento do fôlego entre espaço para a questão dos valores  
681 de referência. Algum comentário ou algum esclarecimento? Podemos encaminhar  
682 então.

683

684

**685O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Só uma última  
686observação nós padecemos desse problema de não tropicalização dos problemas,  
687a 420 acabou sendo produto do padrão adotado na Holanda é a questão é o que  
688padrão holandês de um solo muito alterado e muito antropizado por séculos de  
689prática agrícolas e etc. não se aplica ao conjunto de solos brasileiros, então o  
690nosso problema com relação a essa resolução é que ela pode levar a  
691homogeneização do solo brasileiro num patamar que não nos interessa enquanto  
692países que têm solos com melhor qualidade ambiental. Eu reafirmo a necessidade  
693de revisão Deusdará dessa Resolução no menor prazo possível em função dessa,  
694eu diria dessa falta de tropicalização, considerar a realidade brasileira quando ela  
695foi elaborada. E a minha preocupação é que essa dilação de prazo com relação a  
696proposta de vocês não leve ao atraso da revisão dessa Resolução, deverá ser  
697revista, ela é objeto inclusive já de avaliação técnica por parte do próprio Ministério  
698Público do Estado de São Paulo.

699

700

**701O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Fica registrada a sua  
702preocupação mais eu insisto. Representante Sabrina essa Resolução tem um foco  
703no prazo, esse prazo foi explicado que é um prazo para dar um fôlego para que as  
704estados cumpram os valores de referência e nós estamos encaminhando pela  
705admissibilidade a proposição de Resolução como está. Esse é encaminhamento.  
706Nós entendemos a sua preocupação, ela certamente no momento oportuno esse  
707assunto virá a Mesa com a ressalva que o Lorena colocou mais nós estamos aqui  
708julgando a admissibilidade da proposta da forma que foi apresentada, prorrogação  
709de prazo por dois anos para que os estados tenham a possibilidade de atualizar  
710seus valores de referência.

711

712

**713O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Só uma questão  
714rápida. Só para ficar claro e também para ficar para registro o que está se falando  
715aqui que o Cipam está orientando é que admite esta Resolução dentro e somente  
716dentro de um contexto para se rever o prazo em relação ao VRK é isso que está  
717se falando?

718

719

**720O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Desculpe estava inscrito.

721

722

**723O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Eu queria  
724discordar. O Cipam admite ou não admite, lá na frente à Comissão é que vai dizer  
725se vai se restringir a esse tópico ou vai abordar outros. Lá na frente a Comissão  
726pode até decidir aquele tópico proposto lá nem vem ao caso mais está aberta a  
727discussão nós vamos fazer outra mudança. Mais uma questão regimental, não é  
728que concordo, que eu gostaria que fosse ou não assim. Eu entendo pelo  
729Regimento e pediria ajuda da Marília que entende muito mais de Regimento do



730que eu se de fato isso. Pelo que me lembro que nós escrevemos admite ou não,  
731depois a discussão está na Câmara. Melhor que ficasse claro agora.

732

733

734**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Na questão, eu acho que  
735está sendo um aprendizado para todos nós, a questão de admissibilidade, a  
736opinião que eu tenho é o seguinte a proposta que está sendo encaminhada pelo  
737Ministério é no sentido de revisão de um prazo específico que está sendo  
738solicitado admissibilidade em relação a isso, quer dizer, nós não estamos abrindo  
739não a Resolução para revisão, está sendo solicitada revisão se tiver alguma outra  
740alteração tem que passar pela admissibilidade também no Cipam. O que está  
741sendo aberto para discussão aqui é a questão simplesmente do prazo de  
742dezembro 2013 a dezembro de 2016. Outras questões terão que passar pela  
743admissibilidade no Cipam também.

744

745

746**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Só complementar a interpretação  
747da Marília. Se fosse assim Lorena nós entrávamos com o proponente de um tema  
748e aí discutiria todo o tema. Eu acho assim. O bom senso vai prevalecer nesse  
749encaminhamento. Eu acho que há o foco e acima do Regimento além do  
750Regimento tem entendimento que o foco da Resolução é com relação ao prazo.

751

752

753**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (MMA)** - Só para acertar. O Cipam  
754não delibera somente sobre admissibilidade, mas também sobre a pertinência. A  
755pertinência nesse caso poderia ser aplicado ao prazo, então o Cipam analisa se a  
756admissível ou não admissível mais tem o escopo da pertinência está claro no  
757Regimento. Se a Cipam orienta que é pertinência ou admissibilidade é dentro dos  
758limites do prazo é isso que deverá orientar as Câmaras Técnicas.

759

760

761**O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Reforçando a posição  
762do Robson, eu tenho uma certa dificuldade de trabalhar com a questão burocrática  
763meramente burocrática. Eu acho que as questões são de essência sempre e  
764caminho no sentido de buscar uma melhor normatização em todos os sentidos, a  
765função do Conama, eu estou aqui para isso. Então eu queria pedir a sensibilidade  
766do MAPA inclusive com relação a essa questão que para vocês é importantíssima  
767a qualidade do solo em função da produção agrícola. A revisão dessa Resolução  
768nos valores indicadores é importantíssimo e a nossa preocupação eu coloco de  
769novo é que essa dilação de prazo para que os estados façam os seus estudos não  
770leve há um barramento na revisão dos valores de qualidade dessa Resolução e  
771certamente vai implicar nesse levantamento por parte dos estados. É claro que  
772esse é o *background* que nós vamos precisar para uma revisão, então é essa  
773preocupação de repente você tem o processo que é evolutivo nós temos que rever  
774essa resolução, nós temos consciência disso e por outro lado o não cumprimento  
775do prazo por parte de vocês acaba levando a dilação de prazo que pode prejudicar

776todo um processo em discussão. Eu queria reitera a questão de essência, eu não  
777posso deixar de participar aqui com essa perspectiva mais eu diria não filosófica  
778mais no sentido de buscar a própria razão de estarmos aqui.

779

780

781**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** - Vou propor o seguinte  
782encaminhamento com registro explícito que essa proposta de resolução  
783apresentada pelo MMA, proposta de final 1814/2003-10 é exclusivamente para a  
784prorrogação de prazo pela admissibilidade nós consideramos aprovado. Nós  
785vamos fazer uma breve interrupção, vamos fazer um convite a uma comitiva no  
786Ministério da Pesca Aqüicultura que está presente já que a próxima Resolução, a  
787próxima proposição, trata-se da questão de Aqüicultura, então eu pediria.

788

789

790**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Inclusive o Ministério da  
791Pesca o nosso o terceiro suplente na segunda vaga do Governo Federal, nosso  
792terceiro suplente. Só fazer um esclarecimento se vocês se recordam a Resolução  
793413 é de 2009 e ela trata justamente sobre o licenciamento ambiental de eco  
794cultura foi discutida durante uns seis anos no Conama. É na época nós  
795conseguimos aprovar a Resolução. E após praticamente de 2009 até hoje, 4 anos  
796de validade da Resolução, foi verificada algumas dificuldades e necessidades de  
797aperfeiçoamento e alguns itens da Resolução, então nós estamos desenvolvendo  
798um trabalho o Ministério do Meio Ambiente junto com o Ibama, a Ana e o  
799Ministério da Pesca no sentido fizemos e estamos fazendo procedendo a uma  
800consulta aos estados que esses licenciamento são essencialmente estaduais  
801então via Abema está sendo feita uma consulta aos estados justamente tentando  
802identificar quais são esses pontos, vamos dizer assim, de dificuldade e como é  
803que a gente pode trabalhar melhor na Resolução para que ela realmente atenda  
804os seus objetivos. Nós convidamos inclusive o Ministério da Pesca para que eles  
805possam fazer uma justificativa da necessidade de alteração da Resolução e aí a  
806idéia é que nós possamos aprimorar essa Resolução durante um trabalho na  
807Câmara Técnica pertinente.

808

809

810**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Pediria a gentileza que os  
811companheiros de Ministério da Pesca se apresentasse, por favor.

812

813

814**A SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – Bom dia. Meu nome é Maria Fernanda, eu  
815sou secretária de planejamento e ordenamento da aqüicultura no Ministério da  
816Pesca, mas sou pesquisadora da Universidade de Brasília, e funcionária pública  
817há 20 anos.

818

819

820A **SR<sup>a</sup>. ALINE BRUM (MPA)** – Bom dia. Meu nome é Aline, eu sou bióloga, sou  
821diretora de Aquicultura em Águas da União, hoje no Ministério da Pesca, e  
822trabalho há 20 anos com aquicultura.

823

824

825A **SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – E nós temos uma assessora, aqui, nos  
826acompanhando. Ana, por favor.

827

828

829A **SR<sup>a</sup>. ANA SILVINO (MPA)** – Eu sou Ana Silvino, especialista em direito  
830ambiental e recursos hídricos da assessoria de assuntos estratégicos do Ministério  
831da Pesca.

832

833

834O **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, se os senhores membros  
835do Cipam me permitem, eu gostaria de passar a palavra, então, para a doutora  
836Maria Fernanda, para fazer suas considerações iniciais.

837

838

839A **SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – Ok. Bom, primeiro eu queria agradecer a  
840oportunidade, e falar que esse encontro, aqui, que está sendo o primeiro junto ao  
841Cipam e aos membros do Conama é o resultado de uma série de reuniões que já  
842se iniciaram há pelo menos dois meses atrás junto à Casa Civil, e, dessas  
843reuniões da Casa Civil, houve vários desdobramentos junto ao Ministério do Meio  
844Ambiente, Ibama, ANA, SPU e Marinha, que são todos os órgãos, hoje em dia,  
845envolvidos nas políticas voltadas para atividades aquícolas que são desenvolvidas  
846pelo Governo Federal dentro do Ministério da Pesca e Aquicultura. Depois de  
847várias propostas apresentadas junto a esses grupos que estavam discutindo  
848inicialmente, foi concluído que o fórum que seria o fórum ideal para fazermos a  
849discussões no que diz respeito a licenciamento é o fórum do Conama, e nós,  
850através de um aviso ministerial entre o ministro Marcelo Crivella e a ministra  
851Izabella, manifestamos a necessidade de fazer uma... Não uma revisão completa,  
852mas inserir algumas sugestões dentro da resolução Conama 413, que é essa  
853resolução que trata do licenciamento ambiental da Aquicultura, e nós estamos  
854pleiteando um espaço na próxima reunião, que deve acontecer agora, no  
855iníciozinho de setembro. Certo? Retomamos as conversas dentro da Casa Civil  
856desde a semana passada, de novo na tentativa de trazer uma proposta única, e  
857nos foi feito o convite, já, de participar na reunião hoje, para nós podermos expor o  
858que nós... Contextualizar o que nos leva a pleitear essa revisão. Nesses últimos  
859meses, nós, através de várias consultas tanto à academia quanto ao setor e às  
860nossas representações, reunimos, aqui, um vasto material, em termos de  
861argumentação, para o que nós consideramos necessário, os pleitos que nós  
862temos tomados. Eu não sei se os senhores têm o envolvimento com essa  
863atividade aquícola, ou se acompanham de alguma forma, mas o que nós temos,  
864hoje, colocado mundialmente, é uma depressão, ou uma diminuição de estoques  
865de extrativismo. Ou seja, os estoques pesqueiros. Então, isso nos é colocado, a

866cada país que nós visitamos, o Brasil torna-se um foco de possibilidades de  
867expansão de produção de proteína animal, em especial do pescado, que ainda é  
868pouco explorado aqui, no nosso país; e, nas últimas reuniões da FAU e nas  
869últimas participações a essas visitas internacionais, nós observamos que a  
870Aquicultura, diferente do que nós observamos na pesca extrativista, dessa pesca  
871extrativa, ela tem surgido como o potencial, a possibilidade de recuperação da  
872produção de pescado no mundo, e, em especial, o Brasil com um potencial muito  
873grande de expansão, uma vez que é uma atividade relativamente recente de  
874produção dessa proteína. Se os senhores me derem licença, existem alguns  
875trechos, aqui, que eu acho que é interessante nós ressaltarmos, que eu acho que  
876poderia expressar um pouquinho melhor, mas o que nós temos, por exemplo, nas  
877últimas duas décadas, aqui, no Brasil, nós mantemos dependente da importação  
878para atingir essa demanda interna do Brasil. Então, mesmo nós tendo um  
879consumo por volta de nove quilos por ano, que é muito dispare nas regiões – na  
880região amazônica o consumo chega a 16 kg por ano, enquanto que no Goiás, em  
881outras regiões, nós chegamos a um, é muito diferenciado; em uma média  
882nacional, nós estamos trabalhando com nove quilos –, e, hoje em dia, se fizermos  
883uma campanha de aumento de consumo, levando em consideração que a  
884proteína animal advinda de peixe é uma boa alternativa alimentar, nós não temos  
885produção para garantir esse consumo. No ano de 2010, a importação de pescado,  
886que acontece basicamente da Ásia, principalmente China e Vietnã, correspondeu  
887a 80% desse consumo interno, que já é um consumo abaixo do que é necessário  
888e recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Então, a Organização  
889Mundial da Saúde pleiteia de 12 a 14 quilos por ano, nós só consumimos nove, e,  
890desses nove, 80% nós importamos de fora do país, principalmente da Ásia, e em  
891condições, muitas vezes, precárias. Certo? Porque nós temos a produção de  
892panga, que é muito questionada a entrada desse tipo de pescado sem que tenha  
893as mesmas condições, inclusive, de proteção ambiental e garantia de sanidade  
894nos países de origem que são exigidas aqui, no nosso país. Então, hoje em dia,  
895não só por esse potencial hídrico que nós temos no país, com grandes reservas  
896de água, mas, se nós considerarmos que temos uma produção de grãos que  
897sustaria uma produção de ração para manter uma expansão, aí, da Aquicultura;  
898nós temos centenas de espécies que sequer – nativas – nós conseguimos  
899desenvolver tecnologia para ter um pacote para estimular esse consumo. O  
900Ministério faz isso. Nós temos estímulos a pesquisa, nós trabalhamos com cadeia  
901produtiva de tambaqui, de pirarucu, mas nós não conseguimos, ainda, ter um  
902pacote tecnológico como uma espécie brasileira capaz de tanto sustentar uma  
903indústria, mas que seja de um fácil manejo, que nós consigamos fazer uma  
904inclusão produtiva de pessoas menos capacitadas. Então, nós temos potencial  
905hídrico, o potencial de espécies, nós temos produção de grãos, e, hoje, nós somos  
906considerados – aí eu vou puxar do texto, aqui, de novo – o maior potencial  
907subaproveitado para aquicultura no mundo. É isso que nós somos, hoje em dia. E,  
908infelizmente, dentro de todos documentos que nós temos, todas as dificuldades  
909que nós temos, o Ministério relativamente novo, uma estrutura produtiva  
910relativamente nova, o levantamento que foi feito junto ao setor produtivo e às  
911pessoas que têm a possibilidade de trabalhar dentro desse sistema, 50% deles,

912ali, apontam, entre os grandes entraves para aquicultura, o licenciamento  
913ambiental. Então, nós temos – vou falar dos outros, também – a questão do  
914crédito, é um dos entraves, considerado, no documento publicado pelo BNDES,  
915agora, em 2012, coloca o potencial da aquicultura como um investimento muito  
916eficiente, aí, como um dos principais potenciais que nós temos para produção e  
917geração de renda, mas coloca a assistência técnica como um problema; o crédito  
918como um problema; e o licenciamento ambiental. E o licenciamento ambiental tem  
919o destaque nesses três, aí, porque o crédito não é acessível para quem não tem  
920licenciamento ambiental. Então, ele puxa essa cadeia. E, se não conseguir colocar  
921o produtor para produzir, eu não tenho para quem fazer a assistência técnica.  
922Então, o que nós temos, hoje em dia, é um potencial grande; pessoas  
923interessadas em entrar; um programa federal de incentivo, de disponibilidade do  
924crédito, que é o Plano Safra, inclusive não só o Plano Safra da pesca e  
925aquicultura, mas outros Planos Safras para área rural que poderiam ter esse  
926aporte à aquicultura... E o produtor não tem acesso a nada disso, porque ele não  
927é licenciado. O licenciamento, hoje, da aquicultura, acontece dentro dos estados, e  
928o Ministério sempre zelou por ter uma boa comunicação com os estados e uma  
929boa capacidade de envolver os estados e conseguir ir aos poucos, explicando o  
930que é a aquicultura, como é que se dá a aquicultura e como é que nós poderíamos  
931abraçar esse sistema produtivo. Bom, deixa-me ver o que mais podemos colocar  
932aqui. Então, nós temos colocado, aí, que é fundamental a readequação e a  
933simplificação desse processo de licenciamento, e, dentro das políticas do MPA, do  
934Ministério da Pesca e Aquicultura, e, portanto, políticas do Governo Federal, nós  
935temos o acesso ao que nós chamamos de Águas da União, que são considerados  
936os maiores potenciais hídricos que nós temos. Leia-se, aí, entre Águas da União,  
937as águas dos reservatórios de hidroelétricas; no caso do reservatório de  
938hidroelétricas, alguns são águas particulares, mas as grandes hidroelétricas  
939envolvem mais de um estado, então são águas públicas e de ambientes artificiais,  
940vamos deixar bem claro, isso; nós temos a costa, com potencial de produção  
941enorme, aí...

942

943

944**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Só um minutinho, porque nós  
945estamos com... Você poderia, por gentileza, falar com mais brevidade? Porque  
946esse assunto técnico, depois, vai ser tocado com mais profundidade na Câmara.

947

948

949**A SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – Ok. Tranquilo. E algumas obras da União,  
950como os reservatórios do Dnocs. Certo? Então, para nós acelerarmos, aqui, então,  
951qual é a nossa proposta? Vendo que, nessas águas da União, nós temos uma  
952possibilidade de incremento da produção, o nosso pleito inicial, e é um pleito que  
953nós temos discutido ali, é um pleito você de trabalhar 0,5% dessas águas da  
954União, e o extremo, para nós, seria uma dispensa de licenciamento. Isso tem sido  
955discutido, nós temos trabalhado essa possibilidade de dispensa de licenciamento  
956nesse 0,5%, e, para os senhores terem uma ideia, nós já trabalhamos com uma  
957segurança de outorga, e nessa segurança de outorga, dada pela ANA – a outorga

958da ANA nos diz quanto nós podemos produzir –, nós chegaríamos, se tivermos  
959alguma facilidade no licenciamento, a dois milhões de toneladas.

960

961

962**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos fazer o seguinte...

963Talvez nós tenhamos um equívoco, até meu, de condução. Esse Conselho é um  
964Conselho que julga a admissibilidade ou não da matéria. Quer dizer, essas  
965questões técnicas da proposição que são relevantes, de aprimoramento de  
966licenciamento, serão, se admitida aqui, a proposta de vocês, serão tratadas na  
967Câmara Técnica de Controle Ambiental. Então, eu pediria a gentileza de que nós  
968não antecipássemos muito as informações. Eu pediria para interromper a sua  
969apresentação, e já pedindo desculpas, para colocar, talvez, o que é mais  
970importante, para que oriente a posição dos conselheiros. Quer dizer, essa  
971proposta do Ministério da Pesca de Aquicultura, que é terceiro suplente desse  
972conselho, teve parecer favorável, o Ibama se manifesta pelo mérito do  
973encaminhamento ao Conama da discussão referente à proposta apresentada.  
974Então, ela teve o parecer da presidência do Ibama, seguindo o rito, do referendo  
975do Ibama, da posição do Ibama, e a consultoria jurídica do Ministério também  
976analisou, e disse que, ante ao exposto, no exercício das atribuições previstas na  
977lei tal, no que pertine às competências desse Ministério do Meio Ambiente, não se  
978vislumbra óbice jurídico formal ao encaminhamento da proposta. Ou seja, do  
979ponto de vista do rito da admissibilidade pelo Cipam, há manifestação favorável do  
980Ibama, há a manifestação favorável da consultoria jurídica do Ministério do Meio  
981Ambiente, o assunto, como a senhora bem colocou, é um assunto palpitante,  
982importante, e aí eu consultaria os senhores Conselheiros com relação a algum  
983esclarecimento do ponto de vista de encaminhamento, já que a proposta será  
984mais analisada amiúde na Câmara Técnica de Controle Ambiental caso a  
985admissibilidade seja aprovada. Obrigado, doutora Maria Fernanda.

986

987

988**A SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – Me coloco à disposição.

989

990

991**O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – O primeiro  
992esclarecimento que eu gostaria de saber, é que a senhora disse sobre a dispensa  
993de licenciamento. É esse o objetivo?

994

995

996**A SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – É uma das possibilidades, e isso está sendo  
997discutido, ainda, na Casa Civil.

998

999

1000**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu só queria deixar claro,  
1001Bocuhy, que está tudo no campo das possibilidades. Assim como os conteúdos  
1002das propostas são admitidos, aqui no Cipam, eles são negociados na Câmara  
1003Técnica de Controle Ambiental. Um exemplo clássico que nós tivemos aqui, um

1004 exemplo bem sucedido, foi a questão do licenciamento dos projetos de reforma  
1005 agrária. Nós tivemos um embate pesado, foi uma admissibilidade extremamente  
1006 importante, que o Cipam permitiu que acontecesse, e tivemos uma manifestação  
1007 forte, na Câmara Técnica de Controle Ambiental, reuniões conjuntas, na qual eu  
1008 presido, tivemos uma discussão muito grande em plenária, inclusive com  
1009 manifestações do próprio movimento afetado pela resolução, então essa  
1010 proposição certamente vai gerar fortes emoções...

1011

1012

1013 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Já gerou.

1014

1015

1016 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – É, e eu não queria que nós  
1017 antecipássemos essas emoções. Como diria meu avô, cada dia com sua agonia.  
1018 Eu queria voltar o foco à admissibilidade da proposta; nós, do Ministério do Meio  
1019 Ambiente, entendemos que é importante, o Ibama referendou e a consultoria  
1020 jurídica também, e eu peço, por gentileza, ao Bocuhy para guardar o processo de  
1021 discussão, para que nós possamos, efetivamente, levantar os pontos técnicos  
1022 dessa proposta na Câmara Técnica de Controle Ambiental, caso seja admitida.

1023

1024

1025 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Só uma questão. Está  
1026 sendo colocado para a Cipam a dispensa de licenciamento ambiental. Me parece  
1027 que isso é um óbice muito forte no sentido de admissibilidade diante da nossa  
1028 realidade constitucional. E nós estamos falando, aqui, de 0,5% de águas  
1029 brasileiras. Em uma extensão territorial como o Brasil, nós estamos falando de um  
1030 volume significativo, não é de uma exceção. Então, eu me pergunto se há um  
1031 parecer jurídico sobre essa questão específica, se isso é contemplado no parecer.

1032

1033

1034 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não. Eu vou pedir à doutora  
1035 Marília que dê esclarecimentos a essa matéria.

1036

1037

1038 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – O que nós estamos  
1039 discutindo aqui é a necessidade de alteração de alguns aspectos da Resolução.  
1040 Não se fala em dispensa de licenciamento, porque não existe dispensa de  
1041 licenciamento. Isso é ilegal. Nós não queríamos trabalhar, no Conama,  
1042 principalmente matérias que tem parecer favorável do Ibama da e da Jurídica do  
1043 Ministério, acerca de uma matéria que esteja falando sobre dispensa de  
1044 licenciamento. A demanda que nós recebemos é no sentido de nós tentarmos  
1045 trabalhar com a Resolução, seria basicamente alterar alguns artigos específicos,  
1046 sobre procedimento de licenciamento que fosse mais coerente com a atividade  
1047 que se propõe, mas não dispensa de licenciamento; porque, inclusive, não poderia  
1048 nem ser admitido, porque seria ilegal.

1049

1050

1051 **O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** – Eu  
1052 vou nesse sentido, também, só para esclarecer. Nós recebemos um documento  
1053 onde tem uma proposta de inclusão do MMA, e, abaixo, tem alteração da proposta  
1054 do MMA pelo MPA. Então, nesse momento, a admissibilidade seria com relação a  
1055 que, em função de que... Nós temos duas proposta, e a segunda está colocando  
1056 claramente que é dispensa. Então, só para esclarecer, para que nós demos um  
1057 encaminhamento, quando nós encaminharmos, de fato, se, digamos, nós  
1058 aceitamos a admissibilidade, então vai ser encaminhado o que, exatamente, para  
1059 a Câmara, em função dessas duas propostas que estão aqui.

1060

1061

1062 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Só a fim de  
1063 esclarecimento, a proposta deu entrada no Conama a partir de encaminhamento  
1064 da sua presidente. Quer dizer, o encaminhamento que foi dado é da Ministra do  
1065 Meio Ambiente através da sua chefia de gabinete, e a proposta que está sendo  
1066 apresentada é a do Ministério. Existe, ali, um comentário abaixo, que ocorrerão  
1067 futuras discussões na Câmara Técnica pertinente, provavelmente a própria  
1068 Câmara Técnica de Controle, e isso então, será discutido. Mas, a proposta deu  
1069 entrada como a do Ministério do Meio Ambiente. *(Intervenção fora do microfone.*  
1070 *Inaudível.)* Exatamente. Aqui não está sendo discutido se a proposta é de  
1071 dispensa... Inclusive, a proposta do Ministério fala sobre licença ambiental única.  
1072 Então, é outra discussão, é um segundo passo.

1073

1074

1075 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Como  
1076 representante do Governo Federal, evidentemente nós encaminhamos pela  
1077 aprovação da admissibilidade, e a Marília usou a expressão correta. A discussão é  
1078 sobre procedimentos de licenciamento. Lá na frente, qual será, como... Isso é  
1079 outro assunto. Mas, novamente, para não abrir para mudar a Resolução inteira.  
1080 Aqui, nós vamos nos focar, então, em procedimento de licenciamento que vão  
1081 discutir os assuntos requeridos.

1082

1083

1084 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não, para deixar claro, a  
1085 proposta que está em julgamento de admissibilidade é a proposta Ministério do  
1086 Meio Ambiente; ela, como a proposta anterior, tem um foco claro no procedimento,  
1087 artigo 8º e 9º da Resolução. De novo, o foco, a rotina, essa reunião têm sido boa  
1088 porque nós estamos pegando uma rotina de encaminhamento de admissibilidade.  
1089 Quer dizer, uma foi a lembrança sempre do foco, óbvio que essa proposta vai  
1090 sofrer adequações na Câmara Técnica de Controle Ambiental. Basicamente, o  
1091 foco é a questão dos procedimentos. Eu pergunto aos senhores Conselheiros se  
1092 eu posso encaminhar pela admissibilidade.

1093

1094



1095 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Bom, eu queria fazer  
1096 encaminhamento pela inadmissibilidade da proposta, em função da exposição  
1097 que foi feita, aonde se colocou a questão de dispensa de licenciamento. Eu acho  
1098 que isso é um fato muito grave, e o Cipam não pode apoiar uma iniciativa dessa,  
1099 até mesmo pela questão legal, e aí, se nós recusamos, hoje, uma proposta que  
1100 necessita de mais articulação, como, por exemplo, a regulamentação de estradas  
1101 vicinais, enfim, devemos manter a coerência e colocar essa questão para uma  
1102 discussão mais clara, que essa proposta venha para o Cipam de uma forma mais  
1103 clarificada com relação a questão do não licenciamento.

1104

1105

1106 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Peço o seu entendimento. Eu  
1107 entendo a sua posição, Bocuhy, mas acho, assim, que nós estamos comparando  
1108 duas coisas que são diferentes em contextos que parecem ser iguais e não são.  
1109 Primeiro, nós não estamos encaminhando proposta de admissibilidade por  
1110 dispensa de licitação. Eu acho que a resposta dada pelo Ministério do Meio  
1111 Ambiente com a aquiescência do MAPA, que é primo-irmão ou co-irmão do  
1112 Ministério da Pesca e Aquicultura, deixa claro que a proposta está sendo julgada a  
1113 admissibilidade é uma proposta de licenciamento único que trata desse  
1114 procedimento. A doutora Marília, pela representação do Ministério, também deixou  
1115 claro: olha, nós não estamos encaminhando nada disso, até porque seria,  
1116 digamos, ilegal. Nós, aqui, não temos a imaturidade ou pouca experiência para  
1117 fazermos encaminhamentos de coisas ilegais, mas que os interesses sejam  
1118 legítimos, nós não vamos colocar o Cipam em situação de arguição de ficar  
1119 encaminhando matéria ilegal, nem o Conama, basicamente o Conama. Então, eu  
1120 acho, assim, que o fundamento do seu encaminhamento, com todo respeito, peca  
1121 nesse sentido, porque você está valorizando uma coisa que foi desconstruída no  
1122 primeiro momento. O que está se colocando é a proposta do Ministério do Meio  
1123 Ambiente que não trata de dispensa de licitação. Trata de uma proposta  
1124 que vai ser submetida à Câmara Técnica de Controle Ambiental para análise de  
1125 procedimentos de licitação para Aquicultura. Para comparar isso com a proposta  
1126 anterior, é um pouco diferente, porque são contextos diferentes com situações de  
1127 encaminhamentos diferentes. Aqui, existe uma manifestação formal do Ibama e da  
1128 Consultoria Jurídica pelo apoio à proposta. Então, eu peço, assim, a sua  
1129 reconsideração no seu encaminhamento, caso seja possível, até para valorizar a  
1130 proposta do Ministério do Meio Ambiente, que não é uma proposta que conduz  
1131 para a ilegalidade.

1132

1133

1134 **O SR. ILVANIO MARTINS (Fundação Ecotrópica)** - Boa tarde a todos. Eu sou  
1135 Ilvanio, representante da Fundação Ecotrópica. E eu não poderia me furtar à fala,  
1136 considerando que o texto, na forma como foi apresentado, a qual eu fiz alguns  
1137 destaques, também peca, deixa de trazer algumas informações que poderiam ser  
1138 importantes, e o texto não parece ter uma completa redação com o objetivo que se  
1139 pretende. Com essa posição, eu sou pelo não prosseguimento da proposta,  
1140 atendendo ao que contém no texto literal da reforma da alteração.

1141

1142

1143 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – De novo, eu reafirmo que a  
1144 questão do texto vai ser colocada, e vai ser adequada, e vai ser reformulada, e vai  
1145 ser emendada no momento da discussão da Câmara Técnica de Controle  
1146 Ambiental. Quer dizer, eu reconheço a sua colocação, eu acho que é legítima, é  
1147 importante, você já antecipa a sua posição da necessidade de maiores  
1148 aprimoramentos, certamente vocês vão colaborar, e espero que colaborem  
1149 efetivamente, se a matéria for aprovada na Câmara Técnica de Controle  
1150 Ambiental, mas, de novo, eu peço, assim, o entendimento e a compreensão dos  
1151 senhores, que nós estamos julgando, aqui, a admissibilidade da matéria, e a  
1152 matéria está sendo encaminhada conforme a proposta apresentada pelo Ministério  
1153 do Meio Ambiente.

1154

1155

1156 **O SR. ILVANIO MARTINS (Fundação Ecotrópica)** - Nesse caso, eu sou pelo não  
1157 prosseguimento. Mantenho.

1158

1159

1160 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Quando... No momento em que  
1161 nós colocarmos em encaminhamento, nós (...). Eu pediria ao Bocuhy que  
1162 considerasse, por gentileza, as minhas observações. E, Lorena, você quer falar  
1163 alguma coisa?

1164

1165

1166 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – Deusdará, essa  
1167 situação se dá em um contexto em que outras iniciativas do Ministério têm  
1168 provocado uma forte reação do movimento ambiental brasileiro, do Ministério  
1169 Público, e vou citar, aqui, a questão de micronutrientes, a questão de aplicação de  
1170 pesticidas em águas para abastecimento público... São iniciativas que estão  
1171 correndo dentro do Ministério, em grupos de trabalho, e há uma tendência, que  
1172 nós chamamos de ‘conformização’ do desconforme, que acaba atendendo  
1173 determinados setores, mas leva a um estado de caos na área do licenciamento  
1174 ambiental e da gestão ambiental no Brasil. Então, eu ressinto essa falta de  
1175 contrapartida, por parte do próprio Ministério, no sentido de que nós caminhamos  
1176 para um maior controle ambiental, deixando que essas questões de irregularidade  
1177 ou de desconformidade passem por uma identificação maior e um controle maior  
1178 por parte dos órgãos responsáveis. Então, é diante desta realidade que nós temos  
1179 constatado é que eu me manifesto contrário a essa questão, também, porque eu  
1180 vislumbro, como você mesmo sinalizou, que nós vamos ter fortes emoções  
1181 durante esse processo, com a tentativa de liberação do licenciamento de parte  
1182 dessas áreas. Isso já parece, para mim, claro, até mesmo na exposição que foi  
1183 feita, de forma que não posso manifestar favorável a isso de forma alguma.

1184

1185

1186 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mais dois esclarecimentos,  
1187 doutor Bocuhy, se me permite. Primeiro, de novo, a comparação com a questão  
1188 de micronutrientes, que está em processo de discussão, foi pedido vistas, e é  
1189 outro contexto, eu acho que é um contexto importante, mas que não é o caso  
1190 dessa proposta. E essa proposta não está fazendo a revisão total da Resolução,  
1191 ela simplesmente atinge dois artigos da Resolução, que tratam de procedimento.  
1192 E, segundo, o pressuposto da liberação. Quando o senhor coloca pressuposto da  
1193 liberação, não é o pressuposto que a proposta do MMA está colocando. O  
1194 pressuposto não é de dispensa, repito, não é de simplificação, de reducionismo,  
1195 que implique em comprometimentos no qual o Ministério do Meio Ambiente tem o  
1196 seu compromisso maior, que é com a questão da gestão ambiental equilibrada e  
1197 do desenvolvimento sustentável. Então, eu acho que nós, talvez, estejamos  
1198 utilizando-nos de alguns outros assuntos bem ou mal encaminhados, ou em  
1199 processo de discussão, para trazer para esse assunto novamente. Eu pergunto  
1200 aos senhores, existe conforto para colocar em votação? Marília, você quer fazer  
1201 alguma colocação? Lorena? Toledo? Eu... *(Intervenção fora do microfone.*  
1202 *Inaudível.)* Infelizmente, nós sempre temos um encaminhamento consensual, eu  
1203 acho que nós estamos antecipando as emoções sem que elas aconteçam, sem  
1204 vivê-las. Eu prefiro vivê-las que deixá-las sem a possibilidade de acontecer. Eu  
1205 consulto o Regimento com relação ao processo de encaminhamento. Nós sempre  
1206 tivemos consenso, nunca tivemos problemas com relação a isso.

1207

1208

1209 **SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Eu queria fazer um  
1210 apelo aos colegas representantes da Sociedade Civil. Eventualmente, cada um de  
1211 nós, aqui, vai votar pela admissibilidade de propostas de Resolução que não lhe  
1212 agradam. Isso vai acontecer para cada um de nós, aqui. Eu acho que nós não  
1213 admitimos é negar a discussão. E eu... Como o Ministério da Agricultura,  
1214 evidentemente nós vamos encontrar Resoluções que o Ministério da Agricultura  
1215 acharia até inoportunas, e vocês sabe muito bem disso, ao longo desses anos  
1216 todos que nós vimos discutindo. Eu queria fechar um, vamos dizer, consenso, um  
1217 acordo, que nunca a discordância de um assunto leve a falta de um consenso, de  
1218 que esse assunto não deve prosseguir em discussão. Eu acho que nós  
1219 deveríamos procurar ater-nos às questões regimentais, e, em momento nenhum,  
1220 barrar a discussão que só vai se dar, realmente, na Câmara Técnica, só vai se dar  
1221 no grupos de trabalho e na plenária. Então, eu pediria aos colegas, e, no futuro,  
1222 nos comprometendo a tomar uma postura nessa linha de evitar barrar a  
1223 discussão. Nós sempre levamos a frente, estando de acordo com o Regimento,  
1224 as discussões propostas nesse meio, ainda que proposta ou por uma minoria ou  
1225 por uma maioria. Hoje, evidentemente, na mesa, a maioria tem se mostrado  
1226 favorável, mas poderia ser ao contrário. Poderia ser uma posição inversa, uma  
1227 proposta sendo apresentada por uma minoria e a maioria, então, deveria não  
1228 barrar, ou deverá, espero, nunca barrar a discussão por não temer sobre seus  
1229 resultados. Então, eu sugeriria que, estando de acordo com o Regimento, nós  
1230 sempre acatássemos.

1231

1232

1233 **O SR. ILVANIO MARTINS (Fundação Ecotrópica)** - Só complementando, aí.  
1234 Obrigado. O problema está um pouco no entorno, e não na essência, aqui, porque  
1235 o problema de entrave, o problema de ligar o licenciamento ou não à concessão  
1236 de benefícios, de empréstimos, de alcance de resultados outros, é anterior a tudo  
1237 isso. É da falta de condição para as pessoas alcançarem o licenciamento, e não  
1238 necessariamente do licenciamento. Então, o problema está por trás, e o volume  
1239 que se tem, 0,5%, pode não representar nada nos 100%, mas o meio, o 0,5, é  
1240 preciso considerar o ambiente em que vai se aplicar. Volto, aproveitando as  
1241 palavras do colega, aqui, que diz que as coisas acontecem no município, não no  
1242 estado e não na união, e nesse caso, aqui, é no município, e em um ponto ainda  
1243 mais específico. Então, em razão disso e em razão de viver, e já ter vivido, e estar  
1244 vivendo situações muito próximas da condição de licenciamento no rio Paraguai,  
1245 que são águas da União, é que eu continuo com todo... Mesmo respeitando os  
1246 colegas, eu continuo com a minha posição.

1247

1248

1249 **O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** – Eu ia  
1250 fazer uma colocação justamente nesse sentido da discussão. Eu concordo quando  
1251 foi mencionado que... Eu acredito que ainda falta melhor redação, falta maior  
1252 detalhe, porque, inclusive, eu comentei aqui com o Roberto que, do jeito que está,  
1253 pode, eventualmente, lá na frente, uma pessoa, um empreendedor que quer burlar  
1254 a lei dizer: não, mas eu estou incluído aqui. É o caso, por exemplo,  
1255 especificamente, dos tanques de piscicultura, que não está claro que isso não é  
1256 para isso, mas, do jeito que está... Mas, aí, eu concordo justamente nessa  
1257 discussão toda, que não vai ser nesse momento que nós vamos dar a redação  
1258 final. A redação final vai ser dada justamente na discussão da Câmara, e,  
1259 posteriormente, no plenário do Conama. Eu acredito que há a necessidade de  
1260 uma discussão, de fato; o encaminhamento é, eventualmente, aqui, pelo que nós  
1261 estamos vendo, pode ser aceito; concordo pelo posicionamento do movimento,  
1262 mas eu acredito que, de fato, o posicionamento do Roberto aqui é bem pertinente.  
1263 Nós precisamos discutir um pouco mais. Então, eu acredito que, quando  
1264 chegarmos no momento, lá na Câmara, nós consigamos detalhar a nossa  
1265 preocupação, e isso é uma preocupação nossa, como estado, também. Por quê?  
1266 Porque nós, municípios e estados, estamos, agora, com muitos abacaxis na mão  
1267 em função da 140, que foi repassada de um vez. “Olha, toma que o filho é teu  
1268 agora”. E nós temos dificuldade, de fato, de conseguir trabalhar isso, e estamos  
1269 adequando-nos a novo cenário. Mas, eu acho que é pertinente a discussão, e  
1270 acredito que seria prudente nós encaminharmos para que nós pudessemos  
1271 discutir isso na Câmara, dentro do Conama.

1272

1273

1274 **O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** - Primeiro, é um protesto na  
1275 língua portuguesa. Eu acho enalhe ao abacaxi. É uma fruta deliciosa, vem uma  
1276 expressão do passado e toda hora nós xingamos o abacaxi, que, ao lado da  
1277 banana, são consideradas frutas de maior consumo no mundo, e de alimentação.

1278Desculpe a brincadeira, mas eu gostaria de dizer que vou votar pela  
1279admissibilidade, mas compreendo a posição do doutor Carlos Alberto Bocuhy e do  
1280doutor Ilvanio, que é muito importante para nós. E gostaria de levantar um alerta,  
1281que os estudos que vierem do Ministério e da proposta pudessem nos alimentar  
1282com argumentos para que nós pudéssemos ter uma decisão. E repito, agradeço,  
1283aí, ao Martins, que, muitas vezes, há uma outorga de água, há um licenciamento,  
1284e, às vezes, o estado, e muito menos o município não fica nem sabendo. Nós  
1285estamos crescendo nessa questão, a ANA têm feito essa discussão, o Ministério  
1286do Meio Ambiente, então eu não vou fazer o apelo ao douto Bocuhy, ao doutor  
1287Martins, mas eu vou votar pela admissibilidade por uma discussão que eu acho  
1288que, até do ponto de vista nosso, da defesa do desenvolvimento sustentável,  
1289doutor Bocuhy, é importante admitir, para que nós possamos aprofundar essa  
1290discussão. E cobrar mais explicitações do Ministério da Pesca. Ninguém, em si, é  
1291contrário ao desenvolvimento da aquicultura. Aliás, o Brasil está muito atrasado. E  
1292gostaria de dizer até ao Ministério que ele está com uma dívida enorme. Ontem,  
1293eu estava na Conferência Municipal do Meio Ambiente, Resíduos Sólidos, em  
1294Uruaçu, e nós temos, ali ao lado, o chamado maior lago do Brasil, o Serra da  
1295Mesa, que poderia ter um desenvolvimento da aquicultura extraordinário, mas que  
1296está profundamente atrasado e abandonado. Muito pouca atuação. E posso falar  
1297isso, porque, há poucos dias, eu estava no Ministério, e defendo o Governo, mas,  
1298muitas vezes, nós criamos resoluções para pequenos grupos, e não para a  
1299sociedade brasileira e ao respeito ao uso da água do Brasil. Então, eu gostaria de  
1300encaminhar meu voto favorável à admissibilidade, mas ressaltando a necessidade  
1301de se trazer estudos, não daquela visão apenas de que nós queremos crescer a  
1302pesca, queremos crescer isso. Mas o que isso significa? Principalmente para os  
1303pescadores ribeirinhos que, muitas vezes, sente, no empreendimento. Ele está lá  
1304e vêm outros e ultrapassam, as colônias de pescadores... Não só na beira-mar,  
1305mas no sertão, aqui, no centro-oeste, no cerrado... E eu estava ontem, lá, no  
1306memorial do cerrado, na Serra da Mesa, e é considerada a água mais propícia à  
1307criação de peixe. Mas, por outro lado, e os estudos? E eu posso falar isso, que fui  
1308como deputado, presidente Deusdará, que a única audiência pública, doutora  
1309Marília, que foi feita sobre usina no Brasil foi feita sob um pedido meu, quando  
1310estava fazendo a usina Serra da Mesa, por uma questão indígena, dos Avá  
1311Canoeiros, mas também o que significaria esse lago no futuro, em termos de  
1312lazer, de turismo, de criação de peixe e de outras atividades inerentes à água. E  
1313nós temos um grave defeito, que os municípios, muitas vezes, são pressionados  
1314pelos empreendimentos imobiliários, lá estão se criando loteamentos, e, daqui a  
1315pouco, nós vamos ter a água pestuada. Então, desculpe aí, mas eu faria um apelo  
1316de que nós admitíssemos, mas cobrássemos do Ministério, do nosso Governo,  
1317estudos para nem simplesmente dizer que a outorga já dá o direito de fazer o  
1318empreendimento. Eu acho que há necessidade do licenciamento, por mais  
1319favorável que ele seja, mas que é preciso. Todo mundo, no Brasil, agora, tomou  
1320para si a ideia de que o licenciamento emperra o Brasil, mas nós sabemos os  
1321desastres que nós tivemos na água, na terra. Nós sabemos os desastres de  
1322minérios perigosos que chegam até na Bahia, de o prefeito tentar construir uma  
1323vila populacional em cima de um terreno completamente contaminado. Ou vamos

1324gastar quase meio bilhão de reais em Santa Catarina, onde três indústrias  
1325mineradoras fizeram, lá, o seu trabalho, foram embora, largaram tudo  
1326contaminado, e agora nós temos que fazer, porque houve uma decisão do  
1327Ministério Público e da justiça, e os grupos, que a maioria, inclusive, é particular,  
1328desapareceram, inclusive, do Brasil. Nós ficamos, lá, com mais de mil hectares de  
1329terra contaminada. Então, eu acho que é boa, essa discussão; eu votaria pela  
1330admissibilidade, mas que o Cipam, o Conama sejam municiados de dados para  
1331nós decidirmos favoráveis ao desenvolvimento da Aquicultura, mas também ao  
1332desenvolvimento sustentável do Brasil. Muito obrigado.

1333

1334

1335**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Só em função, aqui, das  
1336colocações dos nossos colegas aqui, da Sociedade Civil, porque ficou uma  
1337impressão, assim, de que nós estávamos querendo propor algum tipo de iniciativa,  
1338vamos dizer assim, que tivesse... O senhor citou como exemplo a questão da  
1339Resolução de micronutrientes e outras, como se tivesse fazendo uma abertura ou  
1340dando algum tipo de procedimento que não garantisse, realmente, que houvesse o  
1341controle adequado da atividade. E a ideia, na verdade, não é essa. A nossa  
1342intenção, em termos, aqui, do Ministério do Meio Ambiente, é que nós possamos  
1343ter procedimentos diferenciados em função do impacto do empreendimento, e  
1344para isso qualquer tipo de atividade. Por isso que nós temos uma série de  
1345resoluções do Conama que colocam procedimentos diferenciados em função do  
1346potencial da atividade. Quando nós fazemos o licenciamento, você tem que fazê-lo  
1347caso a caso. Não tem como passar uma regra e falar “abaixo de 0,75% de um  
1348reservatório, não tem problema”. Pode ter problema, sim, e pode não ter  
1349problema. Por isso é que o licenciamento ambiental é sempre feito caso a caso.  
1350Mas, isso não inibe que você tenha critérios e que, com base nesses critérios,  
1351você possa ter procedimentos diferenciados utilizando desses critérios. Lógico que  
1352a informação que vai ser encaminhada para o licenciamento é que vai, na  
1353verdade, subsidiar o tipo de procedimento que você vai adotar; e o que nós  
1354estamos tentando é simplesmente ter procedimento diferenciado. Não é não ter  
1355procedimento, que seria a isenção do licenciamento, porque, inclusive, isso não  
1356existe na legislação brasileira – nós não poderíamos nem trazer uma proposta de  
1357resolução não tendo o licenciamento, porque o Conama foi feito justamente para  
1358trabalhar em cima de procedimentos de licenciamento ambiental –, mas a ideia é  
1359que, dadas as particularidades da atividade, nós possamos ter procedimentos que  
1360sejam mais compatíveis com a atividade, a exemplo do que nós já fizemos,  
1361inclusive, com outros tipos de atividades. Eu lembro aos senhores de que a  
1362questão do licenciamento vem da lei 6938, de 1981, em que nós, na época,  
1363trabalhávamos com o que? Com pólos petroquímicos, pólos colóquímicos, era...  
1364Basicamente, o que nós licenciávamos eram atividades da indústria química. Hoje  
1365em dia, nós temos uma demanda de licenciamento que é mais especificada em  
1366relação a que? A projetos de infra-estrutura, projetos de assentamento e projetos,  
1367inclusive, que tenham um cunho social muito grande, e que o sistema, como foi  
1368construído até o momento, não foi construído para lidar com esse tipo de  
1369atividade. É por isso que nós, hoje em dia, temos uma demanda muito grande,

1370aqui no Conama, ver, a exemplo, as estradas vicinais, por exemplo. Nós estamos  
1371acostumados a que? A trabalhar com rodovia federal, com não são quantas vias  
1372etc. e tal. Agora, estrada vicinal é outro universo. Lembro que eu defendi,  
1373inclusive, a demanda do licenciamento específico. Poder haver essa demanda. Eu  
1374tenho que apresentar uma proposta que dialogue com isso. Agora, nós temos que  
1375modernizar o licenciamento. O licenciamento, hoje em dia, tem que ser revisto à  
1376luz da demanda que existe para o licenciamento, que é completamente diferente  
1377da demanda de 30, 40 anos atrás. Então, a ideia de trabalhar nessa resolução foi  
1378o que? Ela saiu em 2009, nós estamos testando essa resolução há quatro anos,  
1379os estados... Têm experiências específicas em cada estado que vão ser trazidas  
1380para essa discussão, o Ministério da Pesca tem a experiência e o aprendizado que  
1381eles tiveram durante esses anos, e a ideia é o que? Que nós possamos discutir  
1382isso e aprimorar a resolução que existe, mas não isentar de licenciamento e nem  
1383fazer aberturas ou outros procedimentos que não garantam, realmente, o  
1384adequado controle e qualidade ambiental.

1385

1386

1387**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, isso posto, vamos pelo  
1388Regimento. Eu pediria para o Robson, por gentileza... Eu queria a atenção dos  
1389senhores...

1390

1391

1392**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - O Regimento no seu  
1393art. 27 fala o seguinte: “O Cipam deliberará por consenso em não havendo a  
1394rejeição”, e não aprovação, fala em “a rejeição”, “da matéria dar-se-á por maioria  
1395absoluta, cabendo ao presidente o seu voto de qualidade”. Quer dizer, então se  
1396não houve o consenso deverá ser votada a rejeição, será rejeitada se houver  
1397maioria absoluta. O Regimento não fala em não aprovação, fala em rejeição.

1398

1399

1400**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Para fins de transcrição em ata  
1401há alguma dúvida em relação ao encaminhamento? Não havendo dúvida com  
1402relação ao encaminhamento se coloca em votação a rejeição da proposição  
1403apresentada. Quem acompanha a rejeição... O inverso. Eu peço a gentileza...  
1404Registram-se os votos do...

1405

1406

1407**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - A rejeição é apontada  
1408pela Proam e pela Ecotrópica.

1409

1410

1411**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Para efeito de transcrição na ata  
1412e registro, considero que todos os outros membros são favoráveis à admissão. Por  
1413gentileza, então peço a manifestação dos votos nominalmente, por gentileza.

1414

1415

1416 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Pela admissibilidade  
1417 da matéria, pela aprovação.

1418

1419

1420 **O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** - Pela admissibilidade.

1421

1422

1423 **O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** – Pela  
1424 admissibilidade.

1425

1426

1427 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Pela  
1428 admissibilidade.

1429

1430

1431 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Ministério do Meio Ambiente  
1432 pela admissibilidade. Superado esse último ponto de pauta relacionado à questão  
1433 das resoluções, nós temos ainda alguns informes. Eu pediria que o Dr. Robson,  
1434 por gentileza, fizesse, após a admissibilidade da última proposta pautada no 3.4,  
1435 que é relacionada ao licenciamento ambiental de aquicultura, fizesse os informes  
1436 previstos para o dia de hoje.

1437

1438

1439 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Presidente, em relação  
1440 ao ponto anterior, sobre aquicultura, nós agradecemos então aos representantes  
1441 do Ministério da Pesca e Aquicultura e se quiserem por suas agendas pessoais ou  
1442 permanecerem estão livres, como desejaram.

1443

1444

1445 **A SR<sup>a</sup>. MARIA FERNANDA (MPA)** – Agradeço. Estou muito entusiasmada para  
1446 fazer as explicações técnicas e apresentar os nossos programas na proposta, no  
1447 detalhamento. Ok? Obrigado a todos.

1448

1449

1450 **O SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** – Antes  
1451 de a equipe sair, do Ministério da Pesca, eu gostaria só de mencionar o seguinte:  
1452 o Estado do Amapá possui uma costa bastante piscosa, e nós poderíamos dizer  
1453 que de 40 a 50% da produção que é atribuída ao Pará vem da costa do Amapá.  
1454 Então nós gostaríamos de pedir um apoio maior do Ministério com a equipe para  
1455 que resolvamos essa situação da seguinte forma: nós estamos tendo dificuldades  
1456 com nossos pequenos produtores e pescadores de eles acessarem esse banco  
1457 pesqueiro lá em função dos grandes navios, dos grandes barcos pesqueiros do  
1458 Pará, que estão inclusive intimidando os nossos pequenos pescadores com armas  
1459 lá. Então isso está acontecendo, tanto é que nós estamos propondo... Foi  
1460 aprovado pelo Arpa um recurso para que façamos um estudo para a criação de  
1461 uma Resex pesqueira justamente nessa região para que consigamos disponibilizar



1462esse banco pesqueiro para os nossos pequenos produtores, pescadores. Então  
1463nós precisamos de um apoio maior do Ministério da Pesca no Estado do Amapá  
1464para tratarmos essas questões que nós temos bastante dificuldade em função  
1465disso. Muito obrigado.

1466

1467

1468**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Agradeço aos colegas... Os  
1469companheiros do Ministério... O Dr. Robson, na sua gentileza tradicional, fica à  
1470disposição se os senhores querem continuar ou não.

1471

1472

1473**A SR<sup>a</sup>. ALINE BRUM (MPA)** – Oficializa para nós lá.

1474

1475

1476**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Aline, obrigado Dr<sup>a</sup>.  
1477Maria Fernanda, obrigado.

1478

1479

1480**O SR. SÉRGIO MACEDO DE GOMES MATTOS (MPA)** – Desculpe, eu cheguei  
1481atrasado, Sérgio Mattos, eu sou Conselheiro do Conama, mas estava em outra  
1482agenda e não pude...

1483

1484

1485**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você então terá a sua  
1486participação assegurada, como sempre...

1487

1488

1489**O SR. SÉRGIO MACEDO DE GOMES MATTOS (MPA)** – A Maria Fernanda está  
1490sendo indicada titular, eu vou continuar suplente.

1491

1492

1493**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Tudo de bom para  
1494você. Bom, vamos aos informes gerais para podermos agilizar a nossa...

1495

1496

1497**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Em relação aos  
1498informes, Presidente, o senhor me permite apenas uma informação adicional, a  
1499licença, é que a Dr<sup>a</sup>. Regina voltou ao Ministério do Meio Ambiente. Ela  
1500anteriormente estava trabalhando na Abema, como vocês sabem, vocês já devem  
1501ter visto muitas vezes a Dr<sup>a</sup>. Regina Gualda trabalhando na Abema, mas agora  
1502recentemente ela foi nomeada para o Ministério do Meio Ambiente na assessoria  
1503da Ministra, então só anunciar que ela retorna à casa. Então muito bem vinda Dr<sup>a</sup>.  
1504Regina. Só para...

1505

1506

1507 **SR. GRAYTON TAVARES TOLEDO (Governo de Estado de Amapá)** – Eu  
1508 gostaria de agradecer à Dr<sup>a</sup>. Regina durante todo o tempo que ela esteve conosco  
1509 na Abema, um trabalho fantástico, sempre esteve nos apoiando, e agora mais  
1510 ainda em função do Ministério do Meio Ambiente estar ligado diretamente a nós  
1511 também, então nós não perdemos, apenas houve uma movimentação das peças e  
1512 continuamos com o brilhante trabalho da Dr<sup>a</sup>. Regina. Bem vinda à casa e muito  
1513 obrigado pelo apoio.

1514

1515

1516 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O Bocuhy quer fazer um  
1517 informe... Pode ser o seu informe primeiro.

1518

1519

1520 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Eu vou fazer dos  
1521 quirópteros aí depois... Em relação à resolução... À proposta de resolução de  
1522 quirópteros, ela foi rejeitada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e pelo  
1523 Regimento Interno se pede que a Câmara de Mérito seja informada e também o  
1524 próprio Cipam. João, se você quiser adicionar algumas palavras, por favor, em  
1525 relação a essa resolução, já que você esteve à frente pelo DConama  
1526 acompanhando a matéria.

1527

1528

1529 **SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DCONAMA)** – Rapidamente para  
1530 não tomar tempo dos senhores. Basicamente se trata de uma proposta  
1531 apresentada pela Mira-Serra, em 2011, foi destinada à Câmara Técnica de  
1532 Biodiversidade, onde foi criado um GT. Durante quatro reuniões eles trataram da  
1533 matéria, então na quarta CTAJ foi o primeiro entrave, foi quando eles entenderam  
1534 que ela estava tendo uma questão de... Tratando... Reserva de mercado para  
1535 certas classes de profissional, retornaram com o intuito de tratar mais do manejo e  
1536 não de reserva de mercado. Ela retornou novamente à CTAJ, onde foi então  
1537 definitivamente entendido que não estava tendo jeito para essa matéria. Foi  
1538 quando eles optaram pela rejeição integral da proposta e então posterior  
1539 arquivamento. Então pelo art. 33, Inciso II está sendo informado aqui no Cipam o  
1540 arquivamento da proposta. É basicamente isso.

1541

1542

1543 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mais algum informe pelo  
1544 DConama? Dr. Bocuhy, por gentileza.

1545

1546

1547 **SR. CARLOS ALBERTO HAILLER BOCUHY (Proam)** – É sobre uma outra  
1548 questão, Senhor Secretário... Secretário ou presidente, eu não sei como... É  
1549 presidente. É sobre a questão do licenciamento ambiental no Brasil. Nós pedimos  
1550 ao secretário executivo que nós fizéssemos uma discussão sobre o licenciamento  
1551 ambiental. Eu queria fazer um apelo aqui, Dr<sup>a</sup>. Marília, a você e ao Deusdará, que  
1552 nós temos... Assim, a Sociedade Civil hoje está muito mais preparada do que há

155330 ou 40 anos, então trabalhamos com equipes multidisciplinares, fazemos  
1554avaliação de estudos de impacto ambiental de forma alternativa, representamos  
1555ao Banco Interamericano de Desenvolvimento contra licenciamentos que vão  
1556contra a própria carta de princípio do banco. Quer dizer, nós temos uma  
1557capacidade como Sociedade Civil de articulação com as universidades e com o  
1558Ministério Público que nos dão a possibilidade de uma contraposição, que eu diria,  
1559de trabalhar o contraditório em algumas questões. Nós chegamos a um ponto hoje  
1560de avaliação de impactos ambientais no Brasil que nós temos a convicção de que  
1561o modelo adotado hoje não dá conta da realidade bioquímica e biofísica brasileira  
1562e nem da vulnerabilidade das nossas populações, e nós podemos exemplificar  
1563isso. Então a necessidade de rediscussão do licenciamento ambiental se faz tão  
1564urgente como a discussão que vem feita pelo setor econômico, por exemplo, que  
1565coloca da necessidade de se eliminar a morosidade no processo do licenciamento.  
1566Por outro lado, nós estamos buscando a eficiência em uma avaliação mais  
1567precisa. Nós podemos exemplificar, por exemplo, hoje, com a questão das  
1568marginais de São Paulo, que vocês devem ter conhecimento, em que as marginais  
1569foram licenciadas com diversas condicionantes, e essas condicionantes  
1570simplesmente estão sendo desmanteladas pelo empreendedor com parecer  
1571dizendo: “Eu não preciso fazer a condicionante porque não tem demanda, por  
1572exemplo, para ciclista naquela área”, enquanto que a prefeitura tem uma política  
1573para aumentar o ciclismo em São Paulo. Então o licenciamento ficou  
1574extremamente fragilizado hoje, e eu temo que a figura do EIA/RIMA esteja ficando  
1575sem nenhum prejuízo da banana, mas esteja ficando banalizada, porque nós  
1576estamos caindo em um rito apenas de formalismo e não dando conta da realidade  
1577ambiental que nós estamos tratando. Um exemplo disso também é o Rodoanel  
1578Metropolitano, nós temos o caso de três óbitos que ocorreram por vulnerabilidade  
1579daquelas populações atingidas pela realocação. Esse dado nós nunca avaliamos  
1580quando fazemos o estudo de impacto ambiental, aquela população que é  
1581realocada já tem pessoas vulneráveis, com câncer, e essas pessoas o processo  
1582acelera muito em uma instabilidade de realocação. E também valores imobiliários,  
1583essa coisa toda que acontece sem muita preocupação de que se faça um trabalho  
1584com o acompanhamento social devido. Então, por essas questões que estão  
1585ocorrendo em São Paulo, principalmente do rodoanel e marginais, que são  
1586questões mais de âmbito rodoviário, nós podemos exemplificar a ineficiência do  
1587nosso sistema de licenciamento ambiental e da própria figura do estudo de  
1588impacto ambiental hoje, que nós gostaríamos de uma discussão bastante intensa  
1589sobre isso para que nós realmente tenhamos o licenciamento como uma  
1590salvaguarda para a sociedade brasileira. Uma das outras questões que nos  
1591preocupa muito, e aí, Deusdará, eu queria fazer esse apelo, à Dr<sup>a</sup>. Marília  
1592também, nós precisamos rever os padrões de qualidade do ar do Brasil. Nós  
1593estamos com 23 anos de atraso, estamos adotando padrões quatro vezes  
1594inferiores aos da OMS. Então em São Paulo eu passo nas ruas agora e vejo lá  
1595placas “qualidade do ar boa”, e as pessoas estão sendo internadas no pronto-  
1596socorro. Nós estamos a ponto de mover uma ação por propaganda enganosa para  
1597que esses medidores de qualidade do ar sejam retirados porque eles não dão a  
1598informação correta de proteção à saúde pública. Infelizmente a revisão que foi

1599feita dos padrões de qualidade do ar em São Paulo colocou padrões  
1600intermediários, e isso ocorre que você não tem prazo para essa implementação.  
1601Isso atende a interesses que não querem se adequar, por exemplo, de áreas  
1602saturadas. Nós sabemos que a partir do momento em que você muda o padrão,  
1603você vai gerar uma porção de áreas saturadas e aí vai sacrificar principalmente o  
1604setor produtivo. Agora, nós não podemos sacrificar a população. Então é nesse  
1605sentido que essa discussão sobre licenciamento ambiental, sobre os valores que  
1606nós utilizamos para o licenciamento, como, por exemplo, a questão dos valores de  
1607qualidade do ar, tem que ser prioridade no Ministério. E em nenhum momento hoje  
1608eu me referi a uma ineficiência do Ministério. É uma política... É uma postura  
1609política. Por exemplo, a justificativa de micronutriente trata de uma irregularidade  
1610que já existe, em função dessa irregularidade eu preciso normatizar, porque  
1611normatizando é melhor, mas assim mesmo o Ministério aconselha que esse  
1612padrão seja revisto já de imediato. Então nós sabemos que nós estamos muito  
1613longe da situação ideal e que o nível de irregularidade sobre o qual infelizmente o  
1614Ministério não tem controle nos leva a determinadas adequações que não atingem  
1615o seria desejável em termos de qualidade ambiental, mas se faz o melhor  
1616possível. É dessa figura que nós queremos fugir. Há uma outra questão de fundo  
1617que precisa ser discutida no processo de licenciamento, que são os estudos de  
1618capacidade de suporte dos ecossistemas, inclusive marinhos, que nós falamos  
1619que de 0,5% das águas sem licenciamento, possivelmente, que é um interesse do  
1620Ministério, é uma proposta deles, Ministério de Pesca, mas que nós não temos  
1621nenhum estudo. Está aqui, está na proposta da resolução. É uma questão que é  
1622proposta sem que nós venhamos... Vejamos com clareza a sinergia dos impactos  
1623gerados com os ecossistemas e não temos esses estudos de capacidade de  
1624suporte. Então eu acho que essas questões que também precedem o  
1625licenciamento, que seria uma base de dados confiável que nos permita um  
1626trabalho mais específico, Dr<sup>a</sup>. Maria, no sentido de proteção dos ecossistemas da  
1627biodiversidade da sociedade, é o que nós precisamos construir. Talvez demore um  
1628pouco, mas nós não podemos perder essa bússola, e essa bússola da  
1629sustentabilidade que nós hoje preferimos trocar pela palavra 'sobrevivência',  
1630porque sustentabilidade virou como uma escova de dente que cada um tem a sua,  
1631o banco tem a sua, o setor produtivo tem a sua, os ambientalistas têm a sua, mas  
1632nós entendemos que estamos tratando aqui dos limites de alterações aceitáveis, e  
1633isso tem que ser claramente identificado. É possível identificar. Então é esse o  
1634apelo que fazemos e temos certeza que essa percepção que nós temos pode  
1635ajudar muito o Ministério a corrigir determinadas situações que a Sociedade Civil  
1636acompanha na prática e do outro lado do processo ouvindo comunidades e etc.

1637

1638

1639**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Nós recebemos ontem,  
1640Bocuhy, o documento que vocês encaminharam para o Ministério a respeito da  
1641discussão do licenciamento, na verdade chegou ontem em minhas mãos. A  
1642Ministra já tinha na última reunião do Conama se comprometido a promover agora  
1643nesse semestre esse debate, estamos justamente tentando planejar como nós  
1644vamos fazer essa discussão do licenciamento, eu concordo também, nós temos

1645que rever, já tem muito tempo a forma como nós trabalhamos hoje, a própria  
1646Resolução 01 que baliza, na verdade, a prática operacional do licenciamento. Ela  
1647é de 86, então já tem muito tempo. Esse semestre nós iniciamos esse processo de  
1648discussão do licenciamento. Na parte de qualidade do ar também é uma  
1649prioridade do Ministério, nós já temos uma proposta... Uma pré-proposta que foi  
1650elaborada pela Secretaria de Recursos Hídricos em Ambiente Urbanos, SRHU, do  
1651Ministério, que eu acho que também agora nesse semestre nós devemos estar  
1652encaminhando para o Conama uma proposta para discussão de novos padrões, já  
1653atualizando o Pronar. E em relação basicamente à questão dos 0,5% do  
1654reservatório, não é dispensa de licenciamento, mas nós temos estudos que foram  
1655desenvolvidos pela ANA, estudos bem desenvolvidos mesmo, eles trabalharam  
1656com reservatórios de hidroelétricas e eles já têm esse percentual que do ponto de  
1657vista de qualidade de água os 0,5% são aceitáveis dentro de determinadas  
1658condições. Foi aquilo que eu te falei, sempre tem o caso a caso porque... Não é?  
1659As condições químicas, físicas e biológicas variam, mas dependendo do tamanho  
1660do reservatório, porque muitas vezes quando você fala... “Ah, 0,5% de um grande  
1661reservatório é uma realidade muito pior que um pequeno reservatório”, não é pela  
1662questão da capacidade de diluição. Então muitas vezes 0,5 de um pequeno  
1663reservatório é muito mais preocupante do ponto de vista ambiental do que 0,5%  
1664de um grande reservatório. Mas a ANA tem esses estudos, inclusive durante essa  
1665discussão da Câmara Técnica eles vão trazer esses estudos que eles  
1666desenvolveram, em que eles chegam nesse percentual máximo. Por isso,  
1667inclusive, que é o parâmetro que o Ministério da Pesca está adotando em função  
1668desses estudos que foram desenvolvidos pela ANA, e a proposta que nós temos  
1669quando eu falei dos critérios diferenciados é que justamente haja uma avaliação  
1670da capacidade de suporte desses ambientes para poder prever cada tipo de  
1671procedimento. Então em função da capacidade de suporte a proposta é que a  
1672ANA faça essa avaliação porque no caso da outorga federal a competência sobre  
1673o plano de uso do reservatório é da ANA, então ela está desenvolvendo esse  
1674trabalho e vamos ter justamente esses, vamos dizer assim, critérios diferenciados  
1675em função desses estudos que foram desenvolvidos pela ANA, já prevendo a  
1676questão da capacidade de suporte especificamente para esse tipo de  
1677licenciamento.

1678

1679

1680**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Meu assunto  
1681predileto depois de recursos genéticos, evidentemente é o Código Florestal. Nós  
1682estamos em vias de fechar o decreto e temos que rever uma série de dispositivos  
1683das Resoluções Conama perante a nova legislação, perante o decreto, começar  
1684pela Topo de Morro, pela 303, a famosa Topo de Morro. Nós temos duas opções:  
1685ou o Ministério da Agricultura entra com um pedido para cada um das resoluções  
1686que julgarmos que tenham que ser reavaliadas, mas eu acharia melhor que o  
1687Conama organizasse esse trabalho de levantar quais resoluções têm que ser  
1688abordadas em relação ao Código Florestal. Eu acho que tem mais sentido o  
1689próprio Conama fazer esse levantamento. Nós recebemos um comunicado da  
1690Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas, não foi? Vamos colocar essa

1691pauta neles, fazerem um levantamento... Não é dizer o que, é apenas dizer quais.  
1692Depois nós trazemos aqui para o Cipam e vai dizer até sobre a admissibilidade,  
1693sobre a necessidade de passar no Ibama porque eventualmente alguma pode ter  
1694a ver com o licenciamento, nós já sabemos que tem. Eu diria, colocar para essa  
1695Câmara uma revisão de quais resoluções abordam Códigos Florestais e, dentre  
1696essas, quais têm que ser revistas, independentemente da discussão de conteúdo,  
1697o primeiro passo. Eu não sei se isso é regimental. Seria uma demanda perfeita,  
1698encaixaria perfeitamente para essa...

1699

1700

1701 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Internamente o  
1702DConama já está fazendo uma análise, inclusive encaminhando para a própria  
1703consultoria jurídica e também para algumas secretarias, por exemplo, a Secretaria  
1704de Biodiversidade, algumas análises. Por exemplo, a 303, 369, tem algumas  
1705outras? Pelo menos essas duas. Agora, o Cipam orientando que o DConama  
1706deverá buscar fazer um trabalho junto à Câmara de Florestas colocando na  
1707pauta...

1708

1709

1710 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – O DConama é uma diretoria  
1711do Ministério do Meio Ambiente, ele não está na estrutura formal do Conama, e o  
1712Cipam tem uma função específica. Eu acredito, Roberto, do ponto de vista  
1713operacional aí, tem duas possibilidades: ou o Ministério do Meio Ambiente  
1714encaminha uma proposta ao Conama, ou o MAPA... Quer dizer, algum  
1715Conselheiro do Conama encaminha uma proposta, a CNI... Mas... Primeiro, a  
1716Câmara, por si, não pode resolver trabalhar nisso porque ela não tem vida própria,  
1717ela trabalha em função de uma demanda que vem, e o DConama é uma diretoria  
1718do Ministério que também trabalha a mandado do Cipam.

1719

1720

1721 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Ainda falando de  
1722Regimento, será que poderíamos apresentar... Teria esse espaço no Plenário,  
1723apresentar uma proposta de que essa Câmara faça o estudo? Quer dizer, não é  
1724uma proposta de resolução, não é um Grupo de Trabalho...

1725

1726

1727 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não estou muito bom de palpite  
1728hoje não, mas eu acho que não há necessidade dessa formalidade. Minha opinião  
1729agora é...